

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE**
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Propostas de Emenda à Constituição n°s 23 e 24/2019; Projetos de Lei n°s 546, 551 e 552/2019; Requerimentos n°s 317, 333, 343, 373, 380, 384, 390 a 393 e 395 a 435/2019; Requerimentos Ordinários n°s 319 e 321/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Segurança Pública (2) e de Cultura e dos deputados Sávio Souza Cruz e Gustavo Santana – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Raul Belém, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Doutor Jean Freire e Sargento Rodrigues – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 319 e 321/2019; deferimento – Questões de Ordem – Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Fernando Pacheco, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Glaycon Franco, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Amarílio Augusto de Andrade, presidente da Câmara Municipal de Barbacena, encaminhando memorial aprovado por essa casa legislativa em que se solicita seja mantida em funcionamento a Escola Estadual Doutor Teobaldo Tollendal, que conta por volta de 230 alunos de ensinos fundamental e médio. (– À Comissão de Educação.)

Do Sr. Carlos Antônio de Castro Lopes, prefeito de Matias Barbosa, solicitando o apoio desta Casa, relativamente à reforma administrativa proposta pelo governo do Estado – Projeto de Lei nº 367/2019 –, para que a Secretaria de Estado de Turismo seja mantida como pasta individualizada. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, solicitando que a Comissão de Meio Ambiente desta Casa indique novos membros ou confirme a representação dos atuais para a Câmara Normativa Recursal – CNR – do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, solicitando que a Comissão de Meio Ambiente desta Casa indique novos membros ou confirme a representação dos atuais para a Câmara Técnica Especializada de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas – CEM – do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Gilberto Osorio Resende, promotor de justiça, informando que a representação encaminhada ao Ministério Público de Divinópolis, relativa à apuração de violação dos direitos humanos por parte de fiscais de postura desse município e de polícias militares, foi registrada nesse órgão com a determinação de instauração de notícia de fato, que recebeu o número MPMG-0223.19.000122-0. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Da Sra. Ilva Maria Franca Lauria, coordenadora da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social, solicitando o apoio desta Casa para que seja barrada a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, que trata da reforma da Previdência. (– À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. José Ismar Alves Tôrres, diretor-presidente da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro Dpvat, comunicando sua intenção de apoiar e contribuir para maior alcance da Lei Federal nº 6.194, de 1974, e das Leis nºs 11.977, de 1995, 13.578, de 2000, e 23.084, de 2018, sobretudo no que diz respeito aos direitos das vítimas de acidentes ao seguro obrigatório, e solicitando desta Casa a

indicação de um representante para atuar em conjunto com essa seguradora a fim de intensificar a divulgação dessa iniciativa. (– À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Juliano Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, encaminhando cópia da representação dessa casa legislativa em que se sugere seja a Grande Medalha da Inconfidência concedida aos bombeiros militares do Estado, em cerimônia a ser realizada em 21 de abril de 2019, nesse município, por sua atuação na tragédia de Brumadinho. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. Leonardo Penafiel Pinho, presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, encaminhando ao presidente desta Casa recomendações desse conselho para que seja composta uma comissão parlamentar para investigar a grilagem de terras no Norte de Minas, particularmente no Vale das Cancelas e no conjunto do território geraizeiro, buscando identificar ações criminosas em curso, seus responsáveis e mecanismos utilizados, como o da retificação de área. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Mário José Correia Santos, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais, solicitando o apoio desta Casa para que seja rejeitada a proposta encaminhada pela Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que tem como objetivo unificar as carreiras policiais cíveis existentes. (– À Comissão de Segurança Pública.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23/2019

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado passa a vigorar acrescido do seguinte artigo: "Art. ... – Lei complementar estabelecerá os requisitos e critérios para a concessão de aposentadoria aos servidores das carreiras do Poder Judiciário que exerçam atividades de risco ou cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal."

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de fevereiro de 2019.

Sargento Rodrigues – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Duarte Bechir – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Raul Belém – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

Justificação: Com a Emenda à Constituição nº 47/2005, o tratamento da aposentadoria especial no Regime Próprio de Previdência Social – relativo aos servidores ocupantes de cargo efetivo – foi remetido aos legisladores de cada ente da Federação, na medida em que restou alterado o art. 40, § 4º, da Carta Magna.

Até então, o que havia era a previsão de que deveria haver “lei complementar” e, na interpretação do Texto Constitucional, era preciso que se lesse a remissão a “lei complementar” na Constituição da República de 1988 como lei complementar da União. Após a Emenda à Constituição nº 47/2005, a remissão do constituinte é a “leis complementares”, ou seja, em respeito ao pacto federativo, cada ente, em especial, os entes subnacionais, poderá dispor internamente sobre as hipóteses e as condições de aposentação diferenciada no regime próprio de previdência, quando houver “casos de servidores: I – portadores de deficiência; II – que exerçam atividades de risco; [ou] III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física”.

Esta proposta de emenda à Constituição do Estado visa adaptar as regras constitucionais à possibilidade de o próprio Estado reconhecer o caráter diferenciado das funções dos servidores do Poder Judiciário que desempenham funções sujeitas a risco de vida e a condições que prejudicam a saúde. Trata-se, pois, de criar as condições para a aplicação do disposto no art. 40, § 4º, da Constituição Federal, que trata da aposentadoria especial de servidores públicos que exercem atividades de risco e em condições que prejudicam a saúde. Entre essas atividades, sem sombra de dúvida, enquadram-se as exercidas pelos servidores do Judiciário mineiro. A matéria tem sido amplamente discutida em sede de mandado de injunção por causa da alegação de ausência de norma regulamentadora do art. 40, § 4º.

Uma vez que o direito de aposentação é garantido a todos os que preencham os requisitos exigidos pela Constituição Federal, necessária se faz a alteração ora proposta para garantir a viabilidade do direito assegurado constitucionalmente.

– Publicada, vai a proposta à Comissão de Justiça e à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24/2019

Altera o caput do art. 34 da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – O art. 34 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 34 – É garantida a liberação do servidor público para o exercício de mandato eletivo em entidade sindical, associação de classe, entidade fiscalizadora da profissão, central sindical, confederação e entidade representativa de servidores públicos, de âmbito estadual ou nacional, sem prejuízo da remuneração e dos demais direitos e vantagens do cargo."

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de fevereiro de 2019.

Sargento Rodrigues – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Douglas Melo – Duarte Bechir – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Raul Belém – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

Justificação: Esta proposta de emenda à Constituição pretende alterar o caput do art. 34 da Constituição do Estado para garantir a todas as categorias de servidores públicos o direito ao afastamento de suas funções para o exercício de mandato na direção de associação de classe, com a garantia da percepção da remuneração e demais direitos e vantagens do cargo.

O direito à livre associação sindical está assegurado no art. 37, inciso VI, da Constituição Federal. Entretanto a representação classista não é exclusiva da entidade sindical, podendo ser exercida também por ato voluntário e individual de trabalhadores de certa categoria profissional, que confere à entidade associativa o poder de atuar em seu nome. Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, os servidores públicos estavam impedidos de se organizarem em sindicatos, restrição que levou essa

categoria de trabalhadores a instituir suas associações de classe, que continuam, até hoje, desempenhando o papel de organizar e representar seus associados, às vezes de forma exclusiva, às vezes de forma complementar aos sindicatos.

Devemos compreender a disposição do Texto Constitucional como um direito do servidor público, e não como uma imposição para se organizar exclusivamente em sindicato, e muito menos como uma proibição para que se mantenha organizado e representado por suas associações. Isso consta explicitamente assegurado nos arts. 5º, incisos XVII a XXI, e 8º da Constituição Federal.

Nesse caso, como decorrência lógica do direito à livre associação, o servidor público deve ter o direito ao afastamento de suas funções para o exercício de mandato na direção de associação de classe com a garantia da percepção da remuneração e dos demais direitos e vantagens do cargo, tal como consta no texto da Constituição Estadual relativamente aos sindicatos, pois, de outra forma, a falta de proteção à remuneração integral e às vantagens configuraria um prejuízo inibidor, em última instância, do exercício do próprio direito que a Constituição cuidou de proteger.

Em síntese, o que se extrai dos comandos constitucionais é, primeiro, que o direito fundamental à associação é pleno e irrestrito; segundo, que deve ser livremente exercido; e, terceiro, que as associações são autônomas, sendo vedada qualquer interferência estatal.

É importante registrar que essa previsão constitucional do direito não é uma novidade da Constituição de 1988, tendo sido proclamado por todas as cartas constitucionais desde 1981 (art. 72, § 8º), passando pela Constituição de 1934 (art. 113, item 12), pela Constituição de 1937 (art. 122, § 9º), pela Constituição de 1946 (art. 141, § 12), pela Constituição de 1967, em sua redação original (art. 150, § 28), e pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (art. 53, § 28).

A nova redação proposta para o caput do art. 34 da Constituição Estadual é necessária e urgente para tornar expresso e indubitado aquilo que preconiza a Constituição Federal e, em última instância, para desanuviar interpretações equivocadas de órgãos da administração pública.

Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposta de emenda à Constituição.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelos deputados Antonio Carlos Arantes e outros. Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 546/2019

Obriga as Farmácias e Drogarias de Minas Gerais, receberem, sobras e medicamentos vencidos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam as farmácias e as Drogarias em todo território Mineiro, obrigadas a receberem da população em geral, sem nenhuma restrição, as sobras e os medicamentos vencidos.

Art. 2º – Todas as Farmácias e Drogarias, deverão colocar um recipiente em seus estabelecimentos, em local de fácil acesso da população, com placa indicativa, contendo os seguintes dizeres, Recolha aqui as sobras e os medicamentos vencidos.

Art. 3º – Caberá a Vigilância Sanitária de Minas Gerais, definir com as Farmácias e as Drogarias, como proceder com os medicamentos recolhidos nos estabelecimentos, evitando-se o descarte em local inapropriado.

Art. 4º – As Farmácias e as Drogarias, terão um prazo de 90 (noventa) dias, contados da promulgação desta Lei, para disponibilizar em todos os estabelecimentos do Estado de Minas Gerais, os recipientes para a colheita das sobras e dos medicamentos vencidos.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua promulgação e seus efeitos, 90 (noventa) dias a sua promulgação.

Sala das Reuniões, 19 de março de 2019.

Deputado Professor Irineu, Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PSL).

Justificação: É muito comum que a população, quando tem sobra de medicamento em casa e quando estes estão vencidos, colocá-los junto ao lixo orgânico de suas residências ou descartá-los através do vaso sanitário, ou até mesmo, guardá-los por não terem onde descartá-los.

Em todas estas hipóteses, os procedimentos são totalmente inadequados. Descartá-los no lixo orgânico, pode ensejar que outra pessoa possa recolher o medicamento descartado e utilizá-lo, sem nenhum controle. Jogar no vaso sanitário, certamente contaminará os cursos d'água. Finalmente, quando a pessoa resolve guardá-las por não ter onde descartar, acaba por induzir as pessoas, a utilizarem esta sobra, sem nenhum controle médico.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Léo Portela. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.764/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 551/2019

Altera a Lei nº 20.805, de 26 de julho de 2013, que dispõe sobre o quantitativo de clínicas médicas e psicológicas credenciadas para realizar exames em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação e à troca de categoria e dá outra providência.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 20.805, de 26 de julho de 2013:

“Art. 3º – Os estabelecimentos comerciais fabricantes de placas e tarjetas para veículos automotores serão credenciados na proporção de um estabelecimento para cada dez mil eleitores registrados nos Municípios integrantes de unidade regional da Polícia Civil de Minas Gerais, conforme dados atualizados do TRE-MG.

Parágrafo único – Será credenciado um estabelecimento por pessoa jurídica registrada no Município.

Art. 2º – Dá nova redação ao artigo 5º da Lei nº 20.805, de 26 de julho de 2013:

“Art. 5º – Os credenciamentos dispostos nos artigos anteriores serão suspensos ou cassados pelo órgão de controle e fiscalização da Polícia Civil de Minas Gerais, segundo índice de denúncias de violação aos direitos dos consumidores, registradas nos órgãos competentes”.

Parágrafo único – O Poder Executivo regulamentará os critérios para aplicação da sanção de suspensão e cassação dos credenciamentos dos estabelecimentos mencionados no caput.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2019.

Deputado Mauro Tramonte (PRB)

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é aumentar a concorrência das empresas fabricantes de placas de veículos para a melhoria do preço praticado no mercado, evitando que abusos na cobrança dessas placas sejam recorrentes, e ainda criar mecanismos de suspensão ou cassação desses credenciamentos para aqueles estabelecimentos que reiteradamente violam os direitos dos consumidores.

Atualmente a legislação prevê a possibilidade de credenciamento de apenas um estabelecimento a cada 40 (quarenta) mil eleitores registrados nos Municípios integrantes de unidade regional da Polícia Civil de Minas Gerais.

No ano passado o Procon-Minas, órgão integrante do Ministério Público de Minas Gerais, realizou um encontro em Belo Horizonte, com a intenção de debater "Direitos dos consumidores frente a legislação de trânsito", e contou com a participação do Departamento de Trânsito de Minas Gerais e a presença de diversos consumidores.

Na pauta daquele encontro, foram discutidos os abusos nos valores cobrados pelos fabricantes de placas no interior do Estado e região metropolitana, sob suspeita da existência de um cartel em algumas regiões.

Naquela oportunidade, ainda foi exemplificado um abuso, em que a placa em Belo Horizonte custa a importância de R\$48,00 (quarenta e oito reais) e nas cidades do interior essa cobrança chega até R\$240,00 (duzentos e quarenta reais), ou seja quase 500% de diferença dos preços praticados na capital.

Vale registrar, que já existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 5774), em tramitação no Supremo Tribunal Federal, com o fundamento de que esta legislação seria inconstitucional, haja vista que esta matéria seria de competência legislativa privativa da União.

Todavia, enquanto não seja solucionado o conflito judicial, a legislação mineira deve ser aprimorada, para o aumento da concorrência dessas fábricas de placas e criação de sanções ao estabelecimento que viola os direitos dos consumidores, para que a prestação de serviço outorgada pelo Estado seja exercida com o devido respeito aos cidadãos.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Sávio Souza Cruz. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.039/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 552/2019

Institui Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para a Prevenção e Combate à violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para a Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – Será priorizada a implantação nas escolas que sofram os maiores índices de violência.

Art. 2º – São objetivos do Programa:

I – Formar Grupos de Trabalho vinculados às Escolas Públicas para atuar, na prevenção da violência, analisando suas causas e apontando possíveis soluções;

II – Desenvolver ações educativas e de valorização da vida dirigidas às crianças, adolescentes e à comunidade;

III – Implementar ações voltadas ao combate à violência na escola, com vista a garantir o exercício pleno da cidadania e o reconhecimento dos direitos humanos;

IV – Desenvolver ações que fortaleçam o vínculo entre a comunidade e a escola;

V – Garantir a formação de todos os integrantes do Grupo de trabalho, aí incluídos o Corpo Docente, os Servidores Operacionais da Rede de Ensino, bem como dos membros da Comunidade, para prepará-los para a prevenção e combate da violência na escola.

Parágrafo único – Os Grupos de trabalho tratados no Inciso I, deste artigo, serão abertos e formados por professores, funcionários, especialistas da Área de educação, Representantes de Associações e Sindicato dos profissionais da educação, representantes da segurança pública, alunos e representantes das comunidade civil organizada.

Art. 3º – As ações do Programa serão desenvolvidas através de um Núcleo Central e Grupos de Trabalho, conforme previsto na presente Lei.

Art. 4º – O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com Entidades governamentais ou não, obedecido os requisitos legais, que possam subsidiar o trabalho dos Grupos nas escolas.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2019.

Deputado João Leite (PSDB)

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Carlos Pimenta. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.476/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 317/2019, do deputado Sargento Rodrigues e outros, em que requerem seja formulado voto de congratulações com os Bombeiros Militares de Minas Gerais pela atuação na tragédia do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 333/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao ministro de Estado da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, pelo envio de *e-mail* às escolas do País pedindo que os alunos estejam perfilados para ouvir a leitura de mensagem de sua autoria, que usa o *slogan* do governo, e que um representante da escola encaminhe ao MEC filmagem com a leitura dessa mensagem.

Nº 343/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente pedido de providências para que o Sr. Julio Cesar Dutra Grillo seja reconduzido ao cargo de superintendente regional do Ibama em Minas Gerais, tendo em vista sua reconhecida capacidade técnica na área ambiental, com relevantes serviços prestados como dirigente máximo do referido instituto no Estado.

Nº 373/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações, consubstanciadas no laudo atualizado de cada barragem, sobre a situação daquelas atualmente ameaçadas de rompimento, localizadas em Nova Lima (Mar Azul), Barão de Cocais (Gongo Soco), Itatiaiuçu (Serra Azul) e Congonhas (Casa de Pedra).

Nº 380/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja formulado voto de congratulações com os militares e cães do Pelotão de Busca e Salvamento com Cães, com os militares e cães do 5º e do 8º Batalhões de Bombeiros Militares, que menciona, bem como com todas as companhias, batalhões e pelotões do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e da Polícia Militar de Minas Gerais envolvidos no trabalho realizado em Brumadinho pelo empenho, dedicação e coragem durante as ações de salvamento e busca das vítimas do rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão.

Nº 384/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Vale, à ArcelorMittal e à Companhia Siderúrgica Nacional pedido de informações, consubstanciadas no laudo atualizado de cada barragem, sobre a situação das barragens atualmente ameaçadas de rompimento, localizadas em Nova Lima (Mar Azul), Barão de Cocais (Gongo Soco), Itatiaiuçu (Serra Azul) e Congonhas (Casa de Pedra).

Nº 390/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a criação de fração dessa corporação no Município de São Francisco. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 391/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Buritis pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 392/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Bonfinópolis de Minas pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 393/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Arinos pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 395/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para que seja construída uma ponte em Córrego da Rosa Verde, no Município de Fervedouro, uma vez que a antiga ponte foi levada pela chuva em 2018, e os moradores estão com dificuldade de acesso a suas residências.

Nº 396/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à pavimentação asfáltica do trecho de rodovia que liga o Município de Jacutinga à divisa com o Estado de São Paulo, no sentido do Município de Espírito Santo do Pinhal (SP).

Nº 397/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Silvianópolis.

Nº 398/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para pavimentação asfáltica de vias no Município de Três Pontas.

Nº 399/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Elói Mendes.

Nº 400/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Poços de Caldas.

Nº 401/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Piranguinho.

Nº 402/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Albertina.

Nº 403/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Ouro Fino.

Nº 404/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Congonhal.

Nº 405/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Borda da Mata.

Nº 406/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Jacutinga.

Nº 407/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Munhoz.

Nº 408/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Monte Sião.

Nº 409/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itajubá.

Nº 410/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Sapucaí-Mirim.

Nº 411/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Paraisópolis.

Nº 412/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Pouso Alegre.

Nº 413/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itanhandu.

Nº 414/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Santa Rita de Caldas.

Nº 415/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Soledade de Minas.

Nº 416/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulada manifestação de protesto contra a retirada dos seguranças das escola estaduais pelo governador do Estado.

Nº 417/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Spencer dos Santos Ferreira Júnior, promotor de justiça, pelo ajuizamento de Ação Civil Pública nº 5003084.39.2019.8.13.0027 em desfavor do Estado de Minas Gerais, objetivando à adoção de medidas para a designação e manutenção de profissionais de carreira da Polícia Civil em número suficiente para atender o Município de Betim.

Nº 418/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam avaliadas as condições estruturais da Escola Estadual São Bento, em Belo Horizonte, tendo em vista a instalação de central de gás liquefeito de petróleo – GLP – logo abaixo de uma das salas de aula, o que compromete a segurança dos alunos diante do eminente risco de explosão, e, embora exista laudo indicando a necessidade de interdição do local pela presença da instalação e pela existência de uma árvore no pátio da escola, que pode cair a qualquer momento, as atividades educacionais continuam sendo realizadas.

Nº 419/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a indicação de uma delegada de polícia para a Delegacia da Mulher no Município de Passos.

Nº 420/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com a população de Nova Serrana, em especial com os policiais militares, pela aquisição de base de segurança comunitária para atender às demandas desse município.

Nº 421/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 25/2/2019, nos Municípios de Cambuí e Estiva, que resultou na prisão das pessoas envolvidas no roubo de um veículo e na recuperação do veículo roubado.

Nº 422/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o início imediato das aulas da escola de tempo integral. (– À Comissão de Educação.)

Nº 423/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a retomada das nomeações dos candidatos aprovados nos concursos públicos regidos pelos Editais Seplag/SEE nºs 2, 3, 4 e 5/2014 e 7/2017, uma vez que existem cargos vagos na rede estadual de ensino e todos os editais mencionados estão em vigor. (– À Comissão de Educação.)

Nº 424/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Diretoria da Mercedes Benz da unidade Juiz de Fora pedido de informações sobre a notícia de interrupção da produção do caminhão Actros e a transferência da base de importação da Sprinter Van para o Estado do Espírito Santo, considerando-se que a montadora, que completa em abril 20 anos de presença na cidade, emprega 1.130 trabalhadores diretos e em torno de 550 indiretos na produção do Actros e na pintura de cabines para caminhões, com uma importante fonte de arrecadação para a cidade, favorecendo o seu desenvolvimento econômico, observando-se, ainda, que a montadora obteve desde o início de sua instalação significativas isenções fiscais do Estado e do município, o que coloca como imperativo uma explicação da direção da empresa sobre o futuro da fábrica na cidade e no Estado, questões que preocupam os trabalhadores, representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora.

Nº 425/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam consideradas, para fins de concorrência ao cargo de diretor de escola estadual, as certificações de 2014, 2015 e 2018, ou que seja retirada essa exigência da próxima resolução de 2019 para o referido processo de eleição.

Nº 426/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que a Advocacia-Geral do Estado – AGE – apresente solução para que os municípios possam quitar compromissos de 2018 do Fundeb com recursos repassados em 2019.

Nº 427/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que sejam repassados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, de

forma integral, os recursos financeiros previstos na Lei Orçamentária Anual de 2019, no total de R\$297.323.543, e seja divulgada a previsão dos repasses mensais para essa fundação.

Nº 428/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja publicada no diário oficial do Estado a situação credora dos municípios com relação aos repasses do ICMS, do Fundeb, da Saúde, do IPVA, da assistência social e de outras verbas retidas pelo Poder Executivo.

Nº 429/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco – do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que, por meio de procedimentos próprios a serem instaurados nas referidas instituições, sejam apuradas imediatamente as graves condutas perpetradas pelo delegado Cláudio Utsch, que estava lotado na Coordenação de Operações Policiais – COP –, conforme áudios amplamente divulgados na mídia e reportagem publicada no jornal "O Tempo"; que, se possível, seja o referido delegado afastado das funções de polícia judiciária e posto em disponibilidade, ante a gravidade dos fatos; e sejam enviadas aos destinatários as notas taquigráficas com as degravações das citadas conversas.

Nº 430/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja revogado o Decreto nº 47.296, de 2017, que criou o Comitê de Acompanhamento de Fluxo Financeiro.

Nº 431/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que sejam realizados os repasses à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, de forma integral, dos recursos financeiros previstos na Lei Orçamentária Anual de 2019, no total de R\$297.323.543, e seja divulgada a previsão dos repasses mensais para essa fundação.

Nº 432/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a suspensão da decisão que prevê o encerramento do contrato com a empresa de vigilância privada que realiza a segurança de nossas escolas.

Nº 433/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os nomes dos membros que compuseram o Comitê de Acompanhamento de Fluxo Financeiro, instituído por meio do Decreto nº 47.296, de 2017, desde o dia 27/11/2017 até o dia 26/2/2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 434/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações substanciadas nas resoluções, decisões e atas do período de 27/11/2017 a 26/2/2019, do Comitê de Acompanhamento de Fluxo Financeiro, instituído por meio do Decreto nº 47.296, de 2017. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 435/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o cronograma de repasses, pelo Estado, dos recursos públicos devidos aos municípios, referentes ao exercício de 2019. (– À Mesa da Assembleia.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 319/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.201/2016, de sua autoria, que se encontra aguardando parecer em comissão.

Nº 321/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.017/2014, de sua autoria.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões do Trabalho, de Segurança Pública (2) e de Cultura e dos deputados Sávio Souza Cruz e Gustavo Santana.

Oradores Inscritos

– O deputado Raul Belém, a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Doutor Jean Freire e Sargento Rodrigues proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n.ºs 333, 425, 427 e 432/2019, da Comissão de Educação, 343/2019, da Comissão de Meio Ambiente, 373, 384 e 395 a 415/2019, da Comissão de Transporte, 416 a 421 e 429/2019, da Comissão de Segurança Pública, 424/2019, da Comissão do Trabalho, e 426, 428 e 430 a 431/2019, da Comissão de Assuntos Municipais. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões do Trabalho – aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 20/3/2019, do Projeto de Lei n.º 5.485/2018, do deputado João Magalhães;

de Segurança Pública (2) – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 19/3/2019, dos Requerimentos n.ºs 208, 211 e 212/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e 215/2019, do deputado Bruno Engler; e aprovação, na 3ª Reunião Extraordinária, em 21/3/2019, do Requerimento n.º 229/2019, do deputado Sargento Rodrigues; e

de Cultura – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 20/3/2019, dos Requerimentos n.ºs 224/2019, do deputado Bosco, e 227/2019, do deputado Léo Portela (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n.º 319/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei n.º 3.201/2016, que aguarda parecer em comissão (Arquive-se o projeto.); e, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário n.º 321/2019, do deputado Duarte Bechir, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei n.º 5.017/2014.

Questões de Ordem

O deputado Bartô – Muito obrigado, Sr. Presidente, venho aqui com a enorme alegria de comemorar a prisão de mais um corrupto que sujou tanto o nosso país e levou a tantas mortes e descasos com essa corrupção. Só quero deixar claro que a gente não tem de focar em partido A nem B, mas, sim, em pessoas que estão aí contribuindo de forma negativa para o nosso país, porque a corrupção, além de ter a questão do valor que é subtraído dos cofres públicos, consegue ser mais cruel, uma vez que o corrupto precisa fazer tantos esquemas para encobrir seus malfeitos que acaba deixando de lado a gestão pública. Assim sendo, gosto de refrisar bastante que todo corrupto tem sangue nas mãos. Sendo assim, parabéns, Lava Jato, por mais um preso de grande porte. Lembramos que foram mais de 400 denunciados, mais de 260 pedidos de prisão e mais de 155 condenados. Força, Lava Jato! Estamos com vocês! Obrigado, presidente.

O deputado Cleitinho Azevedo – Boa tarde, Sr. Presidente! Não poderia também deixar de desejar boa sorte e sucesso ao ex-presidente Michel Temer. Que ele apodreça na cadeia, que é o lugar dele. Algumas pessoas falavam que Lula foi preso por crime político. O fato de o ex-presidente ser preso agora também só comprova que o crime é de corrupção. O que este país precisa agora é passar a ter essa consciência de mostrar que o dinheiro público é do povo. Então, Temer, ladrão vacilão vai para o pavilhão! É o que lhe desejo, do fundo do coração. Até rimou! Queria chamar atenção para uma coisa importante sobre a qual temos de falar. Pense para você ver. A gente está falando de um ex-presidente, quer dizer, uma autoridade máxima do País. Já foi o Lula também, que é ex-presidente e está preso. Todos os políticos agora têm que ter consciência e fazer essa reflexão. Queria chamar a atenção, pois precisa mudar essa lei. Um presidente, que é a maior autoridade do País, Bruno, está preso porque roubou do povo, assim como o Lula, e ainda vai receber auxílio. Terão motoristas para eles e aposentadoria. O próprio Fernando Collor, que sofreu *impeachment*, ganha também dinheiro com isso, assim como a Dilma. É nisso que o País precisa moralizar, acabar com essa farra. Chega! Acabou para esse pessoal. Queria também deixar essa consciência, essa reflexão para os políticos, para nós que estamos chegando agora como para os antigos. O maior patrimônio que um político tem na vida pública não é carrão, não é conta na Europa, não é loteamento, não é mansão, não é dinheiro na cueca. O maior patrimônio que um político tem na vida pública é o nome dele, a honra dele e a confiança do povo. Esse é o maior patrimônio que o político tem na vida pública. E o maior de todos ainda: a liberdade, que eles não têm mais. O que tenho a dizer é o seguinte: sou um sonhador ao querer mudar o sistema; posso até não mudar o sistema, mas me viciar nele, nunca. Então, Michel Temer, que você apodreça na cadeia, que é o seu lugar; e que todos os políticos que roubarem do País estejam na cadeia, porque dinheiro público é do povo. Nós aqui somos servidores públicos. Nós aqui somos empregados do povo. A gente tem de ter responsabilidade com o dinheiro do povo. Quem roubou que vá para a cadeia. Queria finalizar a minha fala. Até escutei o Jean Freire falando e quero repetir novamente: a maior função de um fiscal do povo é legislar e fiscalizar. Nós estamos aqui para fiscalizar e legislar. Então, estou fazendo um levantamento com a minha assessoria para ver o tanto de projeto que é engavetado, como você mesmo disse que tem um projeto engavetado aqui. Penso o seguinte: isso aqui é uma democracia. Não tem de barrar em comissão. A comissão é feita para estudar os projetos. Se ele for constitucional, tem de trazê-lo ao Plenário para ser votado. Ele tem que ser derrubado aqui. O voto é aqui: “sim” ou “não”. Então estão aqui 77 deputados para interpretar da maneira que quiserem. Mas tragam para cá. Todos os projetos que protocolei aqui quero que tragam para cá, porque não são inconstitucionais; pelo contrário, são a favor do povo. Então, se começarem a segurar projeto meu, a barrar projeto meu por sacanagem, vou a cada comissão, como eu disse, e mostrar o rostinho de cada um. Sabem por quê? Chega! A gente está aqui é para trabalhar, fiscalizar e legislar. Função de deputado é criar projeto. Você vai falar com o povo, e perguntam: “Qual projeto você tem?”. Aí você faz 100 projetos, 100 proposições e não traz para serem votados. E têm de ser votados. O próprio Jean disse de um projeto que está aqui há dois anos. Engavetam projetos. Nunca vi uma coisa dessa. Se o projeto for inconstitucional, têm todo o direito de pegar e dizer que é inconstitucional, mas, se existe parecer legal para ser votado, que coloquem no Plenário para ser votado, pois é aqui vamos derrubá-lo. Somos representantes do povo, temos de representá-lo. Cada um aqui tem uma interpretação e vota da maneira que quiser votar. Vou

fazer um levantamento dos projetos arquivados e vou colocar aqui cada um deles. Existem muitos projetos a favor do povo. E projeto a favor do povo temos de votar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde a todas e a todos. Quero lembrar uma data especial que é comemorada hoje: dia 21 de março é o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. É extremamente importante a Assembleia Legislativa e todos nós, que compomos a sociedade, fazermos uma reflexão sobre essa temática. A discriminação racial não está restrita a um ou outro, há toda natureza de discriminação. O fato ocorrido na semana passada, na Nova Zelândia, aquele ataque às mesquitas, mostra que o racismo, assim como o ódio religioso matam. E é contra isso que temos de lutar. Trouxe alguns dados do Brasil. São dados que me preocupam muito. Precisamos fazer uma força-tarefa para superar isso, pois recai sobre nós, negros, especialmente em um sistema que não está preparado para gerar outras oportunidades. No Brasil, segundo o IBGE, em 2016, a taxa de analfabetismo entre os brancos era de cerca de 4,2% e, entre os pretos e pardos, quase 10%. É uma desigualdade muito grande. Na área do trabalho infantil, entre 5 e 7 anos, 35% das crianças são brancas e 64%, negras. Em termos de rendimento, os pardos e negros compõem a camada de menor rentabilidade de remuneração de salário. A taxa de desemprego também recai mais intensamente sobre os negros e pardos. Eles somam mais de 25%. Em termos de homicídio, Andréia, em uma década, a taxa de homicídios entre negros cresceu 23% e, no mesmo período, entre os brancos, houve redução de quase 7%. Estou trazendo esses dados do Brasil porque temos o papel de fiscalizar, o papel de legislar e também o papel de debater, de trazer a comunidade para dentro desta Casa, de discutir assuntos importantes e de pensar políticas públicas, que podem nos ajudar na superação desses problemas. Queria trazer esses dados e destacar essa questão neste dia tão importante como o de hoje. O combate à intolerância não cabe apenas ao Estado e ao governo, mas a toda a nossa sociedade. Queria registrar isso. Aproveitando um pouco o tempo, hoje realizamos, na parte da manhã, na Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, uma audiência pública para debater a reforma administrativa apresentada pelo Estado, que faz a proposição de transformar a subsecretaria, que trata dessa política, em uma superintendência. Estivemos reunidos hoje com vários convidados. Aliás, estavam presentes alguns deputados federais, aqui representados, pessoas que compõem a política nacional. Havia representante de Pernambuco, vários especialistas e muitos membros das comunidades terapêuticas discutindo essa temática e fazendo um apelo ao governo Zema para rever essa parte da reforma. Acreditamos que essa é uma política extremamente importante, precisa ser muito bem cuidada, precisa, na verdade, ser ampliada, em vez de reduzida. Essa questão da droga aflige principalmente a população negra do nosso país. Quero registrar isso aqui. Foi uma reunião muito importante. Foi uma reunião que trouxe elementos enriquecedores para o Estado, e esperamos que nosso governo se sensibilize e trate essa temática, na estrutura do governo, de forma diferente.

O deputado Bruno Engler – Presidente, gostaria de dizer que hoje é um grande dia. Nada melhor do que começar o dia com a notícia de que a operação Lava Jato prendeu mais um corrupto, que ela está fazendo o seu trabalho. A Lava Jato mudou um paradigma em nosso país de que gente poderosa não vai presa, de que políticos poderosos ficam impunes, bem como os grandes empresários. Ela está colocando gente que manda muito ou mandou muito na cadeia. É por isso que ela tem tantos inimigos e tanta gente querendo derrubá-la. Então, faço aqui um posicionamento de apoio à operação Lava Jato. Que ela possa continuar forte, mesmo sofrendo diversos ataques da esquerda, que tenta dizer que é um instrumento de perseguição política, para dizer que o corrupto que é amigo é inocente; também do Supremo Tribunal Federal, que tenta diminuir o escopo da operação e, muitas vezes, solta quem a operação prende, diminuindo a sua eficiência. Mas, mesmo contra tudo e contra todos, a operação segue firme, punindo quem tem de ser punido em nosso país. Quero aqui também dizer que hoje, dia 21 de março, o nosso presidente Jair Bolsonaro completa 64 anos, meia quatro. Quem esteve em Juiz de Fora, quem acompanhou a situação da tentativa de homicídio que ele sofreu fica surpreso de ver que um senhor, aos 63 anos, conseguiu sobreviver a uma facada tão brutal, porque não era para ele ter sobrevivido. Foi Deus que operou um milagre junto aos médicos da Santa Casa de Juiz de Fora e permitiu que ele continuasse vivo para poder, efetivamente, mudar o nosso país. Capitão Jair Bolsonaro, parabéns! Deus tem um plano para a vida do senhor. Desejo muita saúde, muita sabedoria, muita coragem, muita determinação para mudar o nosso país. Pela primeira vez, em muito tempo, temos um presidente

honesto, característica que passou longe do Palácio do Planalto, como pudemos ver, graças à operação Lava Jato, nos últimos anos. Quero fazer aqui a pergunta: quem mandou matar Bolsonaro? No aniversário dele é importante lembrar isso. Não adianta vir com essa historinha de que o Adélio é louco, que ele agiu sozinho. Precisamos da resposta para esta pergunta: quem mandou matar Bolsonaro? Isso precisa ser perguntado sempre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A deputada Andréia de Jesus – Presidente, nobres companheiros de Plenário, quero fazer coro às palavras da deputada Ana Paula. Hoje, de fato, é um dia para se lembrar a morte de 69 pessoas durante o massacre em Sharpeville, na cidade de Joanesburgo, capital da África, durante o período do *apartheid*. Quando dizemos que hoje é dia, sim, de luta para a eliminação da discriminação racial, estamos fazendo memória a essas 69 pessoas que foram mortas e também dizendo que essa luta contra a discriminação racial no mundo todo se expressa, sim, em políticas públicas que o Brasil precisa manter. Hoje, aqui na Casa, presidente, recebemos quase cento e cinquenta pessoas, na maioria, visivelmente, negras retintas, dizendo do atraso do governo estadual no repasse do recurso que garante a bolsa-moradia em Contagem. São famílias que estão ficando sem dormir, preocupadas, porque, desde o início do ano, o atraso é reiterado. Já estamos no mês de março, e essas pessoas estão aguardando a moradia, o direito habitacional, que ainda não foi atendido. O aluguel tira o sono de famílias, inclusive deixaram de trabalhar para estar aqui, hoje, pedindo apoio da Casa para que o governo do Estado se comprometa com elas. Recebemos, também, outros casos hoje na audiência pública com as mulheres. Reclamações do quanto as mulheres hoje sofrem nas delegacias, principalmente as do interior, onde o atendimento majoritariamente contempla mulheres negras, que, com muito custo, chegam até o órgão para denunciar casos de violência. Não há estrutura mínima para trabalhar. Então, faço coro ao deputado Raul Belém, que também trouxe a necessidade de estruturar as delegacias, principalmente as de mulheres no interior, para garantir que a população negra brasileira esteja inclusa nas políticas públicas. Então, é o momento também de mostrar não só os números assustadores que a deputada Ana Paula trouxe de como a população negra majoritária no Brasil ainda está subordinada, ainda está num lugar subalterno, ainda está vivendo com resquícios da escravidão, mas, de forma propositiva, como esta Casa vai garantir que as políticas públicas e ações afirmativas nos façam alcançar a igualdade. Essa é a nossa luta. Por isso eu reforço aqui que hoje é dia de combate à discriminação. Isso precisa ser registrado nos anais da Casa. Obrigada.

O deputado Mauro Tramonte – Sr. Presidente, boa tarde. Quero informar sobre o nosso Projeto de Lei nº 551/2019. Estamos tentando fazer uma alteração na lei e apresentamos uma proposta. Altera a Lei nº 20.805, de julho de 2013, que dispõe sobre o quantitativo de clínicas médicas e psicológicas credenciadas para realizar exames em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação e à troca de categoria, e dá outras providências. Aqui, Sr. Presidente, nós justificamos que o objetivo desse projeto de lei é aumentar a concorrência das empresas fabricantes de placas de veículos para a melhoria do preço praticado no mercado, evitando que abusos na cobrança dessas placas sejam recorrentes; e ainda criar mecanismos de suspensão ou cassação desses credenciamentos para aqueles estabelecimentos que reiteradamente violam os direitos dos consumidores. Atualmente, a legislação prevê a possibilidade de credenciamento de apenas um estabelecimento a cada 40 mil eleitores registrados nos municípios integrantes da unidade regional da Polícia Civil de Minas Gerais. Estão tentando baixar esse número para 10 mil. No ano passado, o Procon de Minas Gerais, órgão integrante do Ministério Público de Minas Gerais, realizou um encontro em Belo Horizonte com a intenção de debater os direitos dos consumidores frente à legislação de trânsito e contou com a participação do Departamento de Trânsito de Minas Gerais e a presença de diversos consumidores. Na pauta daquele encontro, foram discutidos os abusos nos valores cobrados pelos fabricantes de placas no interior do Estado de Minas Gerais e região metropolitana, sob suspeita de existência de um cartel em algumas regiões. Naquela oportunidade, ainda foi exemplificado um abuso: as placas de Belo Horizonte custavam a importância de R\$48,00, e, nas cidades do interior, essa cobrança chegava a até R\$ 240,00. Ou seja, há quase 500% de diferença nos preços praticados na capital e nas cidades do interior, o que é um absurdo. Vale registrar que já existe uma ação direta de inconstitucionalidade em tramitação no Supremo Tribunal Federal, com o fundamento de que essa legislação seria inconstitucional, haja vista que a matéria seria de competência legislativa privativa da União. Todavia, enquanto não é solucionado o

conflito judicial, a legislação mineira deve ser aprimorada, Sr. Presidente. Então estamos apresentando esse projeto porque não pode mais um par de placas custar, aqui, R\$48,00 e, no interior do Estado, custar de R\$240,00 a R\$250,00. Eu não entendo a lei que diz o seguinte: se o meu carro estiver registrado na cidade de Ibitaré, tenho de comprar a placa em Ibitaré, não posso comprá-la aqui. Eu não entendo essa lei. Se for credenciado, posso comprá-la em qualquer lugar. Apresentamos essa mudança na lei para que isso acabe. Não pode continuar assim. O consumidor não aguenta mais pagar tantos valores absurdos desse jeito. Obrigado, presidente.

O deputado Coronel Henrique – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nas últimas duas semanas, eu tive a oportunidade de visitar o 8º Batalhão da Polícia Militar, na cidade de Lavras, o 9º Batalhão da Polícia Militar, na cidade de Barbacena, e a 10ª Companhia Independente da nossa gloriosa Polícia Militar, na cidade de Viçosa. Tenho procurado, com a minha experiência como coronel do Exército, conversar com os comandos dessas unidades para tentar entender justamente a visão do Comando da Polícia Militar de Minas Gerais, na ponta da linha, as preocupações desses comandantes. Sentimos que a Polícia Militar estará sempre pronta a cumprir a sua missão, mas existe um temor muito grande a respeito da evasão do pessoal militar em relação à reforma da Previdência. Estive com o governador Zema, na última terça-feira, e fiz para ele a seguinte observação: “Fique muito atento ao ciclo da carreira militar, ao ciclo da segurança pública”. Quando o governo adiou por um ano a incorporação dos aprovados no curso de soldados, na realidade, ele não adiou por um ano, ele adiou por dois anos, porque nós não estamos contratando soldados prontos, nós estamos incorporando cidadãos que foram aprovados num concurso para fazer um curso de formação de soldados. Então, esse soldado só estaria pronto no final deste ano. Quando ele adia a entrada nesse curso para o ano que vem, nós teremos soldados prontos somente no final do ano que vem. E não tem como buscar corrigir esse déficit, por meio de contratação imediata e emergencial de policiais militares na sociedade. Portanto, eu trago a este Plenário o mesmo apelo que eu fiz ao governador Zema: “Se inteire, converse, procure entender”. Eu também conversei com Cel. Giovanni, nosso comandante-geral, que estará sempre pronto a cumprir a missão, mas, nós somos a voz da Polícia Militar e das outras forças de segurança na Assembleia Legislativa. Então, faço o meu apelo. Como já disse aqui: segurança pública não é gasto, segurança pública é investimento. Melhorando a segurança pública, trabalharemos para o bem comum de toda a população de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que está encerrada, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em turno único, do Veto nº 9/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.152 –, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de terça-feira, dia 26, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 26/3/2019.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/2/2019

Às 9h16min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e os deputados Marquinho Lemos e Fernando Pacheco, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Celise Laviola e os deputados Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares, Gustavo Santana, Cleitinho Azevedo, Raul Belém e Zé Reis. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os repasses obrigatórios, pelo Estado, aos municípios mineiros. Passa-se à 1ª Fase da 3ª

Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Julian Rezende Araújo Lacerda, presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM; Fábio Rodrigo Amaral de Assunção, subsecretário do Tesouro Estadual da Secretaria de Estado de Fazenda, representando o secretário; Vittorio Medioli, prefeito de Betim; Lucas Nascimento de Almeida, prefeito de Passa-Vinte; Duarte Eustáquio Gonçalves Junior, prefeito de Mariana; Ronaldo Mota Dias, secretário executivo da Amams; Diego Álvaro dos Santos Silva, prefeito de São José da Lapa; Rufino Clóvis Folador, vice-prefeito de Buritis; Rodrigo Aparecido Lopes, prefeito de Andradas; Diocélio Fernando Ribeiro, prefeito de Alvarenga; Guilhermino Batista de Magalhães, vereador de Alvarenga; Jairo Henrique Simão, Antonio Carlos Almeida Gomes, Alexandre da Silva Sousa e Marcelo de Melo Ventura, vereadores de Santo Antônio do Gramma; Guilherme Alves de Oliveira, vereador de São José da Lapa; Edson Braga Santos, presidente da Câmara Municipal de Joanésia; Geraldo Arcanjo de Almeida, Wander Lucio Silveira Lage e Uivler da Silva Ferreira, vereadores de Joanésia; Ramon Morais Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Marliéria; Ernando Misquita Santos, vereador de Marliéria; Adelino Vieira de Sousa, prefeito de Francisco Badaró; José Cordeiro de Oliveira, vereador de Caratinga; João Paulo Facanali de Oliveira, prefeito de Albertina; Demétrio Panicacci, presidente da Câmara Municipal de Albertina; Marcelo Marques, prefeito de Aimorés; e Adeberto José de Melo, prefeito de Piumhi. A presidente, deputada Rosângela Reis, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019.

Rosângela Reis, presidente – Fernando Pacheco – Ione Pinheiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/3/2019

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Bruno Engler e Alencar da Silveira Jr. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a dar continuidade aos debates acerca da tragédia ocorrida no Município de Brumadinho, resultante do rompimento de uma das barragens da Mina Córrego do Feijão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 28/2/2019: ofício do Sr. Marcos Bernardelli, presidente da Câmara Municipal de Campinas (SP). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 123, 156, 161 a 163, 165, 170, 171, 173, 192 a 195 e 198/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 490/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implementação de escolas cívico-militares no Estado, sob a perspectiva da atuação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, tendo em vista os excelentes resultados obtidos pelos colégios militares já existentes no Estado e os impactos dessa parceria na segurança pública;

nº 495/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento da criminalidade no Estado após a aprovação do Estatuto do Desarmamento;

nº 517/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para que seja atendida a solicitação de transferência do Sr. Adriano Lélis Campos dos Santos, investigador de polícia I, Masp 1.464.668-1, para o Município de Belo Horizonte ou para outro município da região metropolitana, tendo em vista que sua esposa, Taciana Abreu Xavier, investigadora de polícia I, Masp 1.412.604-9, lotada na Delegacia Regional de Vespasiano, está grávida e que ele é responsável pelos cuidados e tratamentos médicos de sua mãe, já com 70 anos de idade;

nº 518/2019, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a população de Nova Serrana, em especial os policiais militares, pela aquisição de base de segurança comunitária para atender as demandas desse município;

nº 524/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam disponibilizadas novas viaturas com compartimento de segurança para Entre Rios de Minas, uma vez que os três veículos utilizados estão sem condições adequadas de uso e são constantemente baixados para manutenção;

nº 534/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para que sejam sanados, em definitivo, todos os indícios e apontamentos de desvio de função no âmbito das unidades prisionais do Estado, uma vez que, conforme denúncia recebida, no Complexo Penitenciário Dr. Pio Canedo, em Pará de Minas, agentes penitenciários estão trabalhando em setores administrativos, tais como recursos humanos, finanças, almoxarifado e até mesmo em atividades próprias de assistentes sociais;

nº 537/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Segurança Pública pedido de informações sobre a demora na emissão das carteiras de identidade funcional dos agentes de segurança socioeducativos, consoante disposto no art. 2º da Lei nº 23.049, de 2018;

nº 543/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater denúncias sobre a conduta de agentes de segurança penitenciária, entre as quais a realização de churrasco na Penitenciária Francisco Sá; e

nº 544/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a gravidade da situação a que estão submetidos os servidores da segurança pública do Estado, notadamente quanto à ausência de recomposição das perdas inflacionárias dos últimos quatro anos e o parcelamento dos salários há três anos e um mês, o que vem acarretando grave situação de endividamento de suas famílias e afetando até mesmo a saúde desses profissionais.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Letícia Baptista Gamboge Reis, diretora do Instituto de Identificação da Polícia Civil; e os Srs. Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG; Bruno Tasca Cabral, chefe do Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra Meio Ambiente; Dário Luiz da Rocha Lopes, diretor do Instituto de Criminalística; Thales Bittencourt de Barcelos, superintendente médico-legista do Instituto Médico-Legal – IML; Carlos Eduardo Palhares, perito criminal federal; Ricardo Osvaldo de Souza, coordenador do Instituto de Criminalística; Heuber Dornas Pereira, chefe das perícias do Instituto de Criminalística; Eduardo Vieira Figueiredo e Luiz Otávio Braga Paulon, delegados da PCMG; Elson da Silva Santos Júnior, prefeito de Mário Campos; Cláudio Ferreira dos Anjos, presidente da Câmara Municipal de Mário Campos; e Reginaldo Ferreira Gonçalves, Vereador dessa câmara. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 550/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam transferidos, em caráter de urgência, os recursos devidos aos 18 municípios da Bacia do Rio Paraopeba atingidos, direta ou indiretamente, pelo rompimento de uma das barragens da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, os quais estão enfrentando diversas dificuldades desde 25 de janeiro deste ano;

nº 551/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja realizada visita ao Ministro da Justiça e Segurança Pública para discutir, particularmente, a disponibilização de recursos federais para a aquisição de um sistema de identificação automatizada de impressões digitais (*automated fingerprint identification system*) para a Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, em especial considerada a essencialidade desse sistema para o trabalho atualmente executado pela Superintendência de Polícia Técnico-Científica da PCMG em razão da tragédia ocorrida no Município de Brumadinho;

nº 552/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à promoção da articulação e da interação entre todos os órgãos e instâncias – municipais, estaduais e federais – envolvidos no resgate e identificação das vítimas da tragédia ocorrida no Município de Brumadinho, em decorrência do rompimento de uma das barragens da Mina do Córrego do Feijão, dada a extrema importância de um trabalho de inteligência conjunto e integrado na agilização e sucesso dessas atividades, especialmente considerando-se que já se passaram quase dois meses desde a catástrofe;

nº 553/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja realizada visita ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – a fim de discutir a necessidade de agilidade na tramitação de todas as futuras ações relativas à tragédia ocorrida no Município de Brumadinho, em decorrência do rompimento de uma das barragens da Mina Córrego do Feijão, resultantes dos inquéritos policiais atualmente em curso, bem como de solicitar o apoio ao TJMG para a aquisição de um sistema de identificação automatizada de impressões digitais – *Automated Fingerprint Identification System* – para a Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, em especial considerada a essencialidade desse sistema no trabalho atualmente executado pela Superintendência de Polícia Técnico-Científica da PCMG em razão dessa catástrofe;

nº 554/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja adquirido, em caráter de urgência, um sistema de identificação automatizada de impressões digitais (*automated fingerprint identification system – Afis*), o qual permitirá à Polícia Civil de Minas Gerais a incorporação de cerca de 25 milhões de fichas datiloscópicas para fins de emissão de carteira de identidade; a identificação de vítimas de acidentes de grandes proporções – a exemplo da tragédia de Brumadinho e de crimes nos quais as vítimas são classificadas como desconhecidas; e a identificação de suspeitos da prática de crimes, a partir inclusive de impressões digitais fragmentadas;

nº 555/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam disponibilizados, com urgência, os equipamentos e insumos indispensáveis ao andamento das identificações das vítimas da tragédia de Brumadinho, ocorrida no dia 25/1/2019;

nº 556/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja disponibilizado, de imediato, um gerador de energia para o laboratório responsável pela identificação das vítimas de Brumadinho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – João Magalhães.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/3/2019

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Carlos Pimenta, Léo Portela, Bruno Engler e Coronel Henrique. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, considera aprovada a ata da reunião extraordinária do dia 21/2/2019, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento das seguintes correspondências recebidas por meio do canal Fale com as Comissões: *e-mails* das Sras. Ana Lucia Assis Costa Pereira solicitando a verificação da situação do transporte escolar no Município de Sete Lagoas; Layane Meira Teodoro solicitando a regularização do pagamento das bolsas de financiamento à pesquisa do Estado de Minas Gerais pela Fapemig; e Jeane Souza solicitando uma visita à Escola Estadual Engenheiro Márcio Aguiar da Cunha, em Ipatinga, para verificar a situação precária em que se encontra e a liberação de recursos para as reformas necessárias; e dos Srs. Juliano Soares dos Santos Tristão solicitando apoio junto à Prefeitura de Visconde do Rio Branco para o recebimento do auxílio-transporte e bolsa de estudos aos quais tem direito como servidor estatutário; e Marcos Barbosa da Silva solicitando transporte escolar para os alunos da zona rural do Município de Cachoeira de Pajeú. A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 394, 564/2015 e 3.182/2016, no 1º turno (deputado Professor Cleiton). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 4.247/2017 é retirado de pauta, por deliberação da Comissão, atendendo-se a requerimento do deputado Professor Cleiton, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 59, 78 e 81/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para conceder aos servidores inativos apostilados no cargo de provimento em comissão de diretor de escola e aos que passaram para a inatividade em cargo efetivo com jornada de trabalho igual ou inferior a 24 horas semanais, que tenham adquirido o direito ao apostilamento até 29/2/2004, após a vigência da Lei nº 14.683, de 2003, o direito à opção remuneratória pelo recebimento do provento do cargo em que tenham sido apostilados ou pelo recebimento do provento do cargo efetivo acrescido da parcela de 50% do provento do cargo em que tenham sido apostilados;

nº 32/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a crise financeira enfrentada por todas as unidades da Universidade Estadual de Minas Gerais – Uemg –, em face da retenção de recursos por parte do governo do Estado, o que tem comprometido a continuidade das aulas na instituição;

nº 142/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que, conforme solicitação do vereador Waltencir Barbosa da Silva, seja destinado ao Município de

Fervedouro um ônibus escolar, tendo em vista que o veículo então disponível se envolveu em um acidente de trânsito, com perda total;

nº 153/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o alto índice de evasão na Escola Estadual Governador Milton Campos, conhecida como Estadual Central, em Belo Horizonte;

nº 209/2019, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater questões da educação indígena, especialmente as relativas à categoria dos professores, no âmbito do Abril Indígena (registra-se o voto contrário do deputado Bartô);

nº 212/2019, do deputado Cássio Soares, em que requer seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – pedido de informações sobre o Edital do Processo Seletivo Unificado de Reopção, Transferência e Obtenção de Novo Título para cursos de graduação presencial da UEMG, para o 1º semestre letivo de 2019, e pedido de providências relativas à aplicação imediata dos princípios da administração pública nos processos de preenchimento das vagas remanescentes – não ocupadas no último processo seletivo de vagas iniciais ou geradas por óbito, transferências, desistências formais e desligamentos –, em especial do curso de medicina;

nº 233/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para seja solucionada, de imediato, a situação dos trabalhadores designados atingidos pela Lei Complementar nº 100, de 2007, que até 31/12/2018 estavam amparados pelo Ipsemg-Saúde, muitos dos quais, em que pese ter findado o prazo previsto na Lei nº 22.098, de 2016, ainda se encontram em tratamento médico, impossibilitados de retornar ao mercado de trabalho;

nº 282/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e avaliar os impactos da proposta contida no Projeto de Lei nº 368/2019, de autoria do governador do Estado, que visa incorporar a Escola de Saúde, bem como os prejuízos gerados à população do Estado por conta da desconstrução das ações de educação em saúde pública;

nº 285/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita, com convite extensivo à Comissão de Direitos Humanos, às escolas estaduais localizadas nas comunidades quilombolas no Município de Brumadinho, para verificar as condições desses estabelecimentos;

nº 301/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Creche Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida e à Escola Municipal Conceição Lima Guimarães, localizadas no Bairro Residencial, no Município de Congonhas, para verificar as condições das instalações e a segurança dos alunos e trabalhadores, tendo em vista o fato de que ambas as instituições se encontram na área da zona de autossalvamento, estabelecida pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – durante a construção da barragem de rejeitos;

nº 302/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal Efigênia Mendonça Pinheiro e à Escola Municipal Cônsul Manoel, no Município de Sarzedo, para verificar suas condições de funcionamento;

nº 303/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja realizada visita à Escola Municipal Rubem Costa Lima, localizada no Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), no Município de Nova Lima, para verificar as condições de segurança das instalações e a segurança dos alunos e trabalhadores, tendo em vista o fato de que a escola se encontra em área de risco, por conta da barragem B3/B4, da Mina Mar Azul, da mineradora Vale;

nº 313/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e do deputado professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a instituição do programa Escola Democrática no âmbito do sistema estadual de ensino do Estado, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e na Universidade de Montes Claros – Unimontes;

nº 336/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da reforma da Previdência para a educação pública e privada;

nº 380/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao ministro de Estado da Educação Ricardo Vélez Rodríguez pelo envio de *e-mail* às escolas do País pedindo que os alunos estejam perfilados para ouvir a leitura de mensagem de sua autoria, que usa o *slogan* do governo, e que um representante da escola encaminhe ao MEC filmagem com a leitura dessa mensagem;

nº 391/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e do deputado professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os problemas enfrentados pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, tendo em vista a escassez de recursos financeiros, o déficit do quadro docente, os problemas nos convênios com as prefeituras, a falta de apoio e recursos para a pesquisa e extensão universitária, além das dificuldades dos estudantes para a conclusão dos cursos;

nº 474/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada visita técnica à Secretaria de Estado de Educação para retomar as discussões com o atual governo sobre as demandas apresentadas por diversos diretores de escolas da rede estadual de ensino a esta comissão e já encaminhadas ao governo, que propôs a formulação de um plano de valorização do diretor de escola que não foi contemplado com os efeitos da Lei nº 9.532, de 30/12/1987, na forma da Lei nº 14.683, de 30/7/2003;

nº 475/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos bolsistas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, tendo em vista os atrasos e cortes em bolsas e projetos financiados pela fundação;

nº 476/2019, dos deputados professor Cleiton e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que mantenha o funcionamento regular da Escola Estadual Doutor Teobaldo Tollendal, no Município de Barbacena;

nº 477/2019, do deputado Doorgal Andrada, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para assegurar o funcionamento da Escola Estadual Embaixador José Bonifácio, conhecida como Escola Normal de Barbacena, bem como das demais instituições de ensino estaduais do município, nos locais onde estas se encontram situadas (registra-se voto contrário do deputado Bartô);

nº 482/2019, dos deputados Betão, Coronel Henrique e professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que realize estudo e encontre alternativa para a realocação da sede da Superintendência Regional de Ensino de Barbacena, sem que a solução envolva o fechamento da Escola Estadual Teobaldo Tollendal, o que prejudicaria centenas de alunos desse município;

nº 498/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Colégio Municipal Dr. José Vargas de Souza, localizado no Município de Poços de Caldas, pela comemoração de seu 41º aniversário (registra-se voto contrário do deputado Bartô);

nº 523/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Governador Milton Campos, no Município de Belo Horizonte, para averiguar a situação das instalações do Prédio II, para a qual seja convidado o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;

nº 535/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizado, com urgência, o repasse de verbas para a Escola Estadual Adelaide Bias Fortes, no Município de Barbacena, possibilitando-se a execução das obras emergenciais após a interdição parcial do imóvel devido aos danos causados pelas chuvas (registra-se voto contrário do deputado Bartô);

nº 588/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Coronel Sandro, Léo Portela, Betão, Bartô e professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.247/2017, de autoria do deputado Léo Portela, que institui, no âmbito do sistema estadual de ensino do Estado, o programa Escola sem Partido;

nº 589/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Bartô, professor Cleiton e Betão, em que requerem seja formulada manifestação de apoio à comunidade da Escola Estadual Professor Raul Brasil em razão da tragédia ocorrida em 12/3/2019, em foram vítimas alunos e funcionários desse estabelecimento de ensino;

nº 590/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que realize o reparo, em caráter de urgência, do telhado da Escola Estadual João Ribeiro da Silva, do Município de Gonçalves, visto que houve desabamento da estrutura;

nº 591/2019, dos deputados Coronel Sandro, Bartô, professor Cleiton e Betão e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que seja realizada vistoria para a avaliação das condições de funcionamento e segurança da Escola Estadual Governador Milton Campos para subsidiar a visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia à escola mencionada;

nº 592/2019, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a situação de todos os termos de compromisso em aberto firmados entre essa secretaria e as escolas estaduais;

nº 593/2019, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre todas as obras nas escolas estaduais que não foram executadas entre 2015 e 2018;

nº 594/2019, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o quantitativo de escolas estaduais que se encontram de caráter de emergência, prejudicando assim o seu funcionamento;

nº 595/2019, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o valor total da dívida do Executivo com todas as escolas estaduais entre 2015 e 2018;

nº 596/2019, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a situação atual da estrutura predial e de funcionamento de todas as escolas estaduais, ressaltando-se a manutenção, a conectividade, a merenda, o sistema de monitoramento e as obras;

A presidência, nos termos do inciso I do art. 284 do Regimento Interno, considera prejudicados os seguintes requerimentos:

nº 389/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e do deputado professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os problemas enfrentados pela Universidade Estadual de Minas Gerais – Uemg –, tendo em vista a escassez de recursos financeiros, o déficit do quadro docente, as dificuldades dos estudantes para a conclusão dos cursos e a estrutura imprópria para uso pelas unidades, entre outros aspectos;

nº 536/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que se verifique a possibilidade de manter em funcionamento a Escola Estadual Teobaldo Tollendal, em Barbacena, devido à importância da escola para toda a comunidade do Bairro Monte Mário e região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Professor Cleiton.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/3/2019

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos

do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 174, 180, 181 e 199/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 485/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a situação da Casa de Juscelino e as medidas necessárias para a continuidade de suas atividades;

nº 494/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater os riscos de dano ao conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade com a retomada da mineração na Serra da Piedade;

nº 558/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que ao longo do ano sejam mantidas as atividades culturais destinadas às crianças e adolescentes de Brumadinho;

nº 597/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao presidente do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais pedido de informações sobre o estudo para a instauração de processo de tombamento da Capela Nossa Senhora do Patrocínio, localizada no Município de Virginópolis;

nº 603/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega de diploma referente a voto de congratulações com a Banda São Sebastião, de Brumadinho;

nº 604/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura pedido de providências para que promova políticas públicas que visem à proteção dos patrimônios históricos, artísticos e culturais do Estado;

nº 606/2019, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do Vapor Benjamim Guimarães, única embarcação do tipo ainda em operação no mundo e que, apesar de ser tombado pelo patrimônio estadual, se encontra em risco de deterioração.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019.

Bosco, presidente – Professor Wendel Mesquita – Marcos Tramonte – Marquinho Lemos.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/3/2019

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Alencar da Silveira Jr. e Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 105, 118, 137, 138, 142, 153, 245, 252, 278, 292, 296, 346, 361, 364 e 383/2019, todos no 1º turno, 88 e 337/2019, ambos em turno único (deputada Ana Paula Siqueira); Projetos de Lei nºs 5.177/2018, 125, 220, 236, 251, 266, 277, 290, 338, 339, 351, 376, 384, 385, 386 e 387/2019, todos no 1º turno, e 334/2019, em turno único

(deputado Bruno Engler); Projetos de Lei nºs 86, 98, 106, 122, 126, 213, 234, 272, 283, 325, 326, 350, 352 e 450/2019 e Projeto de Lei Complementar nº 2/2019, todos no 1º turno (deputada Celise Laviola); Projetos de Lei nºs 29, 99, 109, 135, 156, 159, 189, 211, 215, 238, 242, 280, 313, 332, 335 e 363/2019, todos em 1º turno, 324 e 371/2019, ambos em turno único (deputado Charles Santos); Projetos de Lei nºs 95, 115, 166, 191, 204, 223, 226, 285, 299, 331, 347, 354 e 373/2019, Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2019, todos no 1º turno, Projetos de Lei nºs 374, 454, 461, 463 e 464/2019 e Projeto de Resolução nº 1/2019, todos em turno único (deputado Dalmo Ribeiro Silva); Projetos de Lei nºs 94, 112, 121, 141, 164, 202, 206, 214, 230, 233, 264, 294, 300, 310, 318, 342 e 393/2019 e Projeto de Lei Complementar nº 1/2019, todos no 1º turno, Projetos de Lei nºs 161, 343, 345 e 449/2019, todos em turno único (deputado Guilherme da Cunha); Projetos de Lei nºs 79, 80, 83, 96, 103, 117, 151, 152, 232, 240, 250, 275, 291, 328, 329, 336, 370 e 451/2019, todos em 1º turno, 186, 377, 457 e 460/2019, em turno único (deputado Zé Reis). O deputado Dalmo Ribeiro Silva abdica da relatoria do Projeto de Lei nº 368/2019 e designa como relator o deputado Guilherme da Cunha. A presidência comunica que será solicitada a reiteração dos pedidos de diligência referentes aos Projetos de Lei nºs 1.515, 1.519, 1.525, 1.536, 1.540, 1.550, 1.551, 1.556, 1.611, 1.647 a 1.653, 1.656, 1.657, 1.662, 1.665, 1.667, 1.670 a 1.672, 1.702, 1.705, 1.706, 1.708, 1.710, 1.735, 1.742, 1.785, 1.789, 1.804, 1.805, 1.814, 1.816, 1.818, 1.852, 1.865 a 1.873, 1.888, 1.891, 1.914, 1.917, 1.927, 1.928, 1.940, 1.979, 1.986, 1.990 a 1.992, 1.996, 1.999, 2.000, 2.002 a 2.005, 2.007, 2.009, 2.015, 2.064, 2.065, 2.107, 2.108, 2.132, 2.134 a 2.136, 2.139, 2.140, 2.142 a 2.145, 2.147 a 2.150, 2.154, 2.172, 2.206, 2.207, 2.244, 2.248, 2.258, 2.302, 2.303, 2.304, 2.306, 2.312, 2.323, 2.338, 2.339, 2.407, 2.468, 2.470, 2.471, 2.477, 2.490 a 2.498, 2.549, 2.550, 2.559, 2.562, 2.569, 2.570, 2.572, 2.586 a 2.588, 2.644, 2.657, 2.665, 2.666, 2.691, 2.709, 2.771, 2.796, 2.830, 2.832, 2.866, 2.889, 2.899, 2.902, 2.943, 2.989, 2.996, 3.011, 3.012, 3.094, 3.123, 3.144, 1.636, 1.728, 2.653, 2.884, 3.121 e 3.135/2015, 3.922, 3.923/2016, 4.372 e 4.399/2017 e 5.134/2018. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 813, 2.873, 2.923/2015 e 3.306/2016 são retirados de pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Charles Santos, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da Projeto de Lei nº 4.673/2017 (relator: deputado Bruno Engler) na forma do Substitutivo nº 1, registrando-se voto contrário do deputado Guilherme da Cunha; e pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 2.123/2015 (relator: deputado Charles Santos) e 4.875/2017 (relator: deputado Guilherme da Cunha), todos em 1º turno. O Projeto de Lei nº 5.179/2018 é baixado em diligência, a requerimento do relator, deputado Bruno Engler, à Secretaria de Estado da Educação. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.013/2015 (relator: deputado Charles Santos) e 3.700/2016 (relator: deputado Guilherme da Cunha), ambos em 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores. São aprovados pela comissão requerimentos do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja adiada a discussão dos pareceres dos relatores que concluem: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma do Substitutivo nº 1, do Projeto de Lei nº 5.241/2018 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira), e pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 136/2019 (relator: Bruno Engler). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de março de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Bruno Engler – Guilherme da Cunha – Charles Santos.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/3/2019

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é

dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência suspende os trabalhos que são reabertos às 10h28min. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 367/2019, do governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo no que tange à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa; Fernanda Reis, diretora de Promoção e Articulação Institucional da Emater; Maria Lélia Rodrigues Simão, chefe de gabinete da Epamig; e Luisa Cardoso Barreto, assessora do vice-governador; e os Srs. Amarildo José Brumano Kalil, secretário-adjunto de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa; João Ricardo Albanez, subsecretário de Política e Economia Agrícola da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa; José Ricardo Ramos Roseno, subsecretário de Acesso à Terra da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário; Bruno Rocha de Melo, diretor técnico do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, representando o diretor-geral desse instituto; Altino Rodrigues Neto, superintendente técnico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg –, representando o presidente dessa federação; João Cruz Reis Filho, engenheiro agrônomo e diretor técnico do Sebrae-MG; Geraldo Magela da Silva, analista institucional, representando o presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg; Marcos Vinícios Dias Nunes, diretor de Política Agrícola e Cooperativismo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, representando o presidente dessa federação; e Gustavo Nogueira, chefe de gabinete da Seapa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença dos deputados Inácio Franco, Antonio Carlos Arantes e Gustavo Valadares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

Coronel Henrique, presidente – Gustavo Santana – Fábio Avelar de Oliveira.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/3/2019

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô, Elismar Prado e Repórter Rafael Martins (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do Bloco Liberdade e Progresso), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir a apresentação, pelo Procon Assembleia, do relatório de atividades do órgão no ano de 2018. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 113/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 611/2019, do deputado Bartô, em que requer seja realizada visita às instituições bancárias localizadas na Rua Espírito Santo, entre os quarteirões da Rua dos Goitacases e Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, para pesquisar junto aos cidadãos como estão as atividades desempenhadas por essas instituições. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. Neste momento retira-se da reunião o deputado Repórter Rafael Martins. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia da Espaço Cidadania, e Fernando Affonseca, assessor de imprensa do Procon Assembleia. O presidente, na condição de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida concede a palavra ao deputado Elismar Prado, outro coautor do requerimento.

Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Neste momento comparece à reunião a deputada delegada Sheila (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do Bloco Liberdade e Progresso). Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 612/2019, do deputado Bartô, em que requer seja realizada visita ao Procon da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A presidência comunica a fixação do dia e do horário da reunião ordinária da comissão, que se realizará às quartas-feiras, às 16 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019.

Bartô, presidente – Elismar Prado – Douglas Melo.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/3/2019

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Zé Guilherme. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o fechamento de localidades e agências utilizadas pelos eletricitários da Cemig como postos de trabalho quando são deslocados para realizar reparos e manutenção em redes elétricas nos municípios do interior do estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do deputado Hely Tarquínio, convidando membros desta comissão para audiência pública conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, Administração Pública, Fiscalização Financeira e Saúde, a ser realizada no dia 20/3/2019, às 9h30m, para debater os Projetos de Lei nºs 367 e 368/2019; e do Sr. Ernando Antunes Braga, da Superintendência de Coordenação do Relacionamento com Agentes Públicos, prestando esclarecimentos e justificando ausência do presidente da Cemig nesta audiência. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Jefferson Leandro Teixeira da Silva, coordenador-geral do Sindieletro de Minas Gerais; Mauro Lúcio Bibiano, vereador da Câmara Municipal de Esmeraldas; Mauro Luciano e Silva, eletricitista da Cemig em Campos Altos, representando os trabalhadores envolvidos; Ederson Alves da Silva, diretor executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; Frederico Nery Andrade Ribeiro, vereador da Câmara Municipal de Campos Altos; Luciano Haroldo Ribeiro Alves, vereador da Câmara Municipal de Campos Altos; Sergio Martins, prefeito de Bom Jardim de Minas; Paulo Almeida, prefeito de Campos Altos; Sebastião Flávio de Paula, presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas; Everson de Alcântara Tardeli, presidente da Federação dos Urbanitários de Minas Gerais; Gleison Cardoso Bernardo, diretor adjunto do Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 641/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Zé Guilherme e Betão, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas em números da redução de custos obtidos com a prática da terceirização dos postos de trabalho realizada pela companhia nos últimos anos;

nº 642/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão e Zé Guilherme, em que requerem seja formulada manifestação de protesto contra o Sr. Cledorvino Belini, presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, pela

ausência na audiência pública, em 15/3/2019, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que discutiu o fechamento de unidades e agências da companhia no interior do Estado;

nº 644/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão e Zé Guilherme, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para seja suspensa a decisão da companhia de desativar suas unidades e agências localizadas no interior do Estado, haja vista os graves prejuízos que serão causados aos consumidores dessas localidades; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater o assunto;

nº 645/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão e Zé Guilherme, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja instaurado procedimento próprio para averiguar a decisão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – de desativar suas unidades e agências localizadas no interior do Estado, haja vista os graves prejuízos que serão causados aos consumidores dessas localidades e o desestímulo de abertura de empresas e comércios nas localidades afetadas, haja vista o risco de, em eventuais problemas na rede elétrica, essas empresas e comércios fiquem vários dias sem acesso à energia elétrica, prejudicando suas atividades e gerando prejuízo financeiro; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater o assunto;

nº 646/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Betão e Zé Guilherme, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas em números sobre a redução de custos esperada com o fechamento das unidades e agências da companhia localizadas no interior do Estado; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater o fechamento de locais e agências utilizados pelos eletricitários da Cemig como postos de trabalho, quando são deslocados para realizar reparos e manutenção em redes elétricas nos municípios do interior do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019.

Leninha, presidente – Andréia de Jesus – Betão.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/3/2019

Às 14h7min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Leninha, por indicação da liderança do BDL) e o deputado Professor Irineu (substituindo a deputada Delegada Sheila, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 648/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater e avaliar o evento “Sempre Vivas – Mulheres em luta contra a violência”, realizado no dia 8/3/2019, na Capital, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2019.

Marília Campos, presidente – Andréia de Jesus – Leninha.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados João Leite, Gustavo Mitre e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado João Leite, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião dessa sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente da comissão. Registra-se a candidatura do deputado João Leite para presidente e do deputado Gustavo Mitre para vice-presidente. Submetidas as candidaturas, cada uma por sua vez, à votação pelo processo nominal, ambos são eleitos por unanimidade. Ato contínuo, o presidente *ad hoc* proclama os eleitos e declara empossado como vice-presidente o deputado Gustavo Mitre, a quem passa a direção dos trabalhos. Em seguida o vice-presidente declara empossado como presidente o deputado João Leite, a quem devolve a direção dos trabalhos. O presidente fixa as reuniões ordinárias da comissão para as quintas-feiras, às 14h15min, e designa o deputado Roberto Andrade como relator dos trabalhos da comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária de amanhã, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2019.

João Leite, presidente – Gustavo Mitre – Roberto Andrade – Carlos Henrique.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/3/2019, às 17h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 367/2019, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de março de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/3/2019, às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater o direito à liberdade religiosa e o direito das religiões de matriz africana e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2019.

Leninha, presidente.

**COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÕES**

– O presidente despachou, em 21/3/2019, as seguintes comunicações:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento do Sr. Miguel Leão de Oliveira, ocorrido em 19/3/2019, em Curvelo. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Gustavo Santana em que notifica o falecimento do Sr. Ugolino Mario Vilas Boas, ocorrido em 18/3/2019, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/3/2019**

A deputada Andréia de Jesus* – Boa tarde a todas. Boa tarde a todos. Hoje, 14 de março, um ano da morte de Marielle Franco, começo dizendo: uma sobe e puxa a outra. Esse foi o lema da campanha de Marielle Franco, minha companheira de partido, de resistência, de trajetória de vida e de luta. Foi isso que me trouxe até aqui. As condições de vida da mulher negra brasileira é marcada por desigualdade, pobreza, estigma, estereótipo, objetivação, violações de direito e violência. Essa é uma realidade descrita no dossiê de mulheres negras, retrato da condição da vida das mulheres negras no Brasil, produzido em 2012 e reafirmado pelo Mapa da Desigualdade de 2018.

As mulheres negras são as mais atacadas em sua dignidade no Brasil. Além de nos lembrarem das consequências do regime escravocrata na sociedade brasileira, os dados da pesquisa citados também apontam o quanto precisamos considerar os aspectos da violência racial, especificada por gênero, que acomete as mulheres brasileiras. Precisamos ainda observar o quanto estamos submetidas a situações de extrema vulnerabilidade social.

E nos perguntamos cotidianamente qual o lugar reservado para a mulher negra na sociedade brasileira; em qual lugar querem nos colocar. Há um racismo estrutural no Brasil, e as políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos não deram conta de resolver. À posição de vulnerabilidade que nos colocaram respondemos com resistência, luta, militância política, ocupação dos espaços de poder. Não abaixamos a cabeça e nos levantamos contra toda opressão.

Marielle Franco lutou muito contra essa lógica perversa e violenta contra as mulheres negras, construiu uma trajetória política de resistência, de enfrentamento e rompeu obstáculos. Marielle desenvolveu todo seu trabalho em três pilares: ser mulher, ser favelada, ser preta. Seus projetos dialogam com esse tripé. O primeiro projeto aprovado foi o Espaço Coruja, que institui um programa de acolhimento de crianças no período da noite para que seus responsáveis possam trabalhar e estudar. Há o Assédio não É Passageiro, que criou a campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e violência sexual no Município do Rio de Janeiro, nos equipamentos e transportes públicos. E ainda o Dossiê Mulher Carioca, que criou um dossiê para auxiliar na formulação de políticas públicas voltadas para mulheres, através de compilação de dados, ou seja, para acompanhar as políticas públicas. Efetivação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto foi o quarto projeto de lei aprovado, que prevê que o Município do Rio de Janeiro se responsabilize por suas obrigações legais, garantindo que as medidas socioeducativas sejam cumpridas pelos adolescentes em meio aberto e, eventualmente, dando-lhes oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

Marielle ocupa a política com potencial criativo e inovador. Presidiu a comissão de direitos humanos e lutou incansavelmente contra o genocídio da juventude negra.

Na reportagem de ontem sobre a prisão dos executores de Marielle Franco, no 9º Batalhão de Polícia Militar, em Rocha Miranda, que aparece diversas vezes, é onde Ronnie Lessa trabalhou, e onde trabalhavam os PMs da chacina de Vigário Geral. O 9º Batalhão de Polícia foi sucedido pelo 41º Batalhão, o mesmo que vinha sendo denunciado por Marielle Franco.

Marielle se formou em ciências sociais pela PUC-Rio e fez mestrado em administração pública na Universidade Federal Fluminense. Sua dissertação teve como tema: "UPP: a redução da favela a três letras". Essa obra questionou a militarização da sociedade e das favelas, questionou um modelo que não pensa a segurança dos direitos, mas que se reproduz pelas armas, pela violência brutal e pela criminalização do povo preto. O livro de Marielle é o percurso teórico e metodológico proposto por ela e nos dá acesso a um registro único do que significa a militarização da vida nos territórios favelados no Rio de Janeiro; um ponto de partida para entender também movimentos de militarização que acontecem em outros territórios brasileiros.

Trabalhou nas organizações da sociedade civil, como a *Brazil Foundation* e o Centro de Ações Solidárias da Maré.

Essa publicação visa revisitar o percurso teórico e metodológico proposto por Marielle.

Foi assessora parlamentar de 2007 até 2016 e coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, ao lado do meu companheiro Marcelo Freixo. Iniciou sua militância em direitos humanos, após ingressar no pré-vestibular comunitário, experiência pela qual também passei. Perdeu uma amiga vítima de bala perdida num tiroteio com policiais e traficantes no Complexo da Maré. Aos 19 anos foi mãe, como eu fui. Criou a filha sozinha.

Em 2016, Marielle decidiu concorrer pela primeira vez a um cargo público. Candidatou-se a vereadora pelo PSOL e obteve o quinto lugar na cidade, com 46 mil votos, a maior parte deles oriunda da Zona Sul. Na noite de 14/3/2018, o seu carro foi alvejado com 13 tiros, e Marielle e seu motorista foram executados. Não nos esqueçamos de que o assassinato de uma vereadora é um crime político, e esse é um crime contra a democracia brasileira, um crime contra a busca por uma sociedade livre, justa e igualitária, um crime contra os direitos humanos, uma barbárie contra a democracia.

A morte da Marielle foi uma tentativa de nos silenciar, de reafirmar qual o lugar da mulher negra, de nos tirar dos espaços de poder. Mas não imaginaram que somos resistência. E resistência está no DNA, não é uma palavra de ordem. Essa barbárie repercutiu internacionalmente e seus executores viram se multiplicar a luta de Marielle. Vamos chamar aqui as autoridades à responsabilidade quando fazem apologia ao uso de armas. O clima de ódio autoriza o feminicídio e massacres como o de Suzano. É inadmissível que governantes sustentem essas narrativas.

A minha história de vida se conecta com a de Marielle. Às vezes eu sinto que foi tardio o momento em que cheguei ao Plenário, em que cheguei ao Poder Legislativo, mas sou semente de Marielle, em conjunto com diversas mulheres, como Áurea Carolina, Cida Falabela, Mônica e diversas outras que estão espalhadas pelo Brasil e venceram o pleito eleitoral em 2018 num espaço de luta e de resistência. Não houve dinheiro de mineradora, não houve dinheiro de bancário. O que construiu a nossa campanha de R\$20.000,00 e 18 mil votos foi o trabalho da militância cotidiana nos territórios, com a força das que me antecederam e das que resistem nas ocupações, nas retomadas indígenas, nas ruas, nas áreas rurais, nas comunidades quilombolas, nas favelas, nas periferias, daquelas que ocupam esta Casa Legislativa comigo, e o Congresso Nacional, com a Áurea. Acredito que é dever do Estado e de suas instituições darem uma resposta urgente em relação ao assassinato da Marielle. Quem matou Marielle? Qual a motivação? Quais são os interesses que estão por trás? Quais grupos políticos? Um ano sem respostas é algo inadmissível para quem tem sede de justiça há mais de 500 anos. É inadmissível que um ano após a morte de uma agente política estejamos aqui reivindicando a conclusão de um processo de investigação e a solução do caso. Não é suficiente chegar a quem atirou, é preciso chegar aos mandantes e apresentar à sociedade uma resposta. A lógica por trás do crime de Marielle é a lógica da violência como instrumento de resolução de divergências, como quem não dá conta de trazer argumento para superar o dela, para superar o nosso. Cada vez mais na sociedade brasileira a violência é estimulada. O caso do massacre de Suzano nos mostra que esse não é o caminho. O caminho não é a cultura das armas e da morte! O caminho é uma sociedade onde o povo preto, pobre, indígena tenha seus direitos assegurados.

Não é possível discutir o andamento da investigação sem uma reflexão sobre o racismo institucional e a omissão do Estado. Repito: não irão nos calar! Hoje o Brasil todo vai às ruas para cobrar respostas, afirmar que Marielle e suas lutas estão cada vez mais presentes, que não seremos interrompidas, que não daremos nenhum passo atrás, que lutaremos sempre juntas. Ocuparemos mais espaços de poder. E outros corpos pretos e periféricos ocuparão esta Casa.

Eu sou favela, porque somos resistência. Eu sou, porque nós somos. Nossos passos vêm de longe. Marielle presente hoje e sempre! Obrigada.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Elismar Prado* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que ocupa as nossas galerias, nossa querida deputada que acabou de falar com toda propriedade, a quem parabeno pelo pronunciamento e pelas colocações pertinentes, estamos na Semana do Consumidor. Hoje, na comissão que já presidi em legislaturas anteriores e que agora integro como membro titular, recebemos o Procon Assembleia. Discutimos no sentido de apresentar o balanço das ações do Procon e de reafirmar a luta da Comissão de Defesa dos Consumidores em favor daqueles mais frágeis na relação de consumo, que são a população em geral, o povo mais carente, os trabalhadores.

Nessa discussão, colocamos algumas questões relativas ao Estado. E um dos dados, deputado Sargento Rodrigues, que detectamos com o nosso coordenador do Procon, Marcelo Barbosa, é que 29% de todos os casos envolvem setores regulados pelo Estado. Isso é uma coisa absurda. Nós já denunciávamos inúmeras vezes as agências reguladoras que não regulam absolutamente nada em defesa do interesse público, porque há tráfico de influência. Sabemos que não há autonomia, não há independência, haja vista a CPI da energia elétrica. Eu fui um dos membros na Câmara Federal, e produzimos um documento, um relatório final de mais de quatrocentas páginas. Foi verificado pelo Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Ministério de Minas e Energia. Na época, o presidente da Cemig estava presente e falou na CPI. Está registrado na imprensa nacional que ele constatou e admitiu, realmente, um erro na cobrança e na metodologia do cálculo da tarifa no Brasil todo. E, simplesmente, as companhias de energia deviam aos consumidores brasileiros mais de R\$9.000.000.000,00, em 2009 – sem considerar o reajuste e contar a inflação. Enfim, naquela época, já eram R\$9.000.000.000,00 cobrados a mais na conta de luz. Isso é lamentável. Infelizmente, não houve ainda uma devolução. Pedimos, na época, que essa devolução fosse feita por meio de amortizações, ou seja, redução da nossa tarifa de energia elétrica. E, até hoje, nada.

Espero que as agências reguladoras de todos os setores... É o papel dos deputados federais exigir que essas agências sejam agências de Estado, e não simplesmente de governo, e que elas defendam, acima de tudo, o interesse público da população, da sociedade.

O direito do consumidor envolve a Aneel, a Anatel, algumas agências que lidam diretamente com a energia elétrica, telefonia e outros serviços. Acho que isso é fundamental no sentido de cobrar o direito de todo cidadão.

E, na oportunidade, falamos da questão fiscal do Estado de Minas Gerais. Sabemos que não só o Estado de Minas Gerais como outros estados vivenciam uma grave crise financeira. Isso é um absurdo, é inaceitável, porque existem alternativas para enfrentarmos o problema, para que o Estado cumpra seus compromissos, pague em dia as prefeituras, porque há uma retenção dos recursos, que são os mínimos constitucionais devidos aos municípios. Os prefeitos estão agonizando realmente, e isso está trazendo dificuldades na prestação de serviços que são levados à população nos 853 municípios de Minas. Realmente, há alternativas. Além da situação dos prefeitos, há a situação dos servidores, que é inaceitável – parcelamento de salário, de 13º salário. O governo simplesmente não cumpre seu dever constitucional.

Temos aqui, presidente, algumas informações, alguns estudos do Sinffazfisco e também do Sindifisco. São servidores da Receita Estadual, da Fazenda, que têm as informações mais precisas com relação às contas do Estado. Pasmem! Há em Minas Gerais mais de quatro mil regimes especiais de tributação. O que é isso? São grupos que não sabemos exatamente quais são e não sabemos

também qual é a justificativa para os benefícios e as renúncias fiscais. Por isso mesmo, é importante realmente que se tenham informações transparentes sobre isso. Esses cerca de quatro mil regimes especiais de tributação resultam em um rombo médio nos cofres públicos do Estado de cerca de R\$10.000.000.000,00 anuais. São R\$10.000.000.000,00 ao ano! Ora, a reforma administrativa apresentada pelo governo vai resultar numa economia de cerca de R\$39.000.000,00 por ano – R\$39.000.000,00! Só com os regimes especiais de tributação, o rombo é de mais de R\$10.000.000.000,00 por ano, deputado Sargento Rodrigues. E a gente precisa saber quais são as justificativas para a adoção desses benefícios, qual é o parecer técnico, o impacto exato no orçamento anual do Estado. Enfim, é preciso haver um controle da sonegação desses grandes grupos, dos grandes devedores.

Lembro-me aqui da semana do consumidor. Fiz uma analogia, deputado Sargento Rodrigues: se a dona de casa não paga a conta de água, a conta de luz, o que acontece? Simplesmente o Estado interrompe o fornecimento do serviço. Se você não paga a prestação da sua moradia, do seu carro, simplesmente o banco os toma. Ora, a população carente, o povo pobre por acaso tem algum regime especial de tributação no Estado? Não tem. Então, antes de sacrificar a população em geral com uma carga tributária que a gente, há anos, denuncia nesta Casa e que é abusiva – é a mais alta carga tributária do Brasil... Falando de energia elétrica, são mais de 30% de ICMS. Com o cálculo por dentro que é feito, de imposto sobre imposto, foi para mais de 40% em cima de um serviço essencial à população, que é o fornecimento de energia elétrica.

Enfim, com relação à questão dos regimes especiais de tributação, essa denúncia foi feita pelos sindicatos ao Ministério Público. Repetindo, é um rombo de mais de R\$10.000.000.000,00, e queremos saber quem são os beneficiários. Apresentamos alternativas para o governo: em vez de sacrificar a população com medidas duras, reduzindo serviços, programas e políticas, que ele busque alternativas para não sacrificar ainda mais a população pobre e o povo trabalhador que precisa do Estado.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Quería parabenizar V. Exa., que já integrou e foi inclusive presidente da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, junto com este deputado. Se eu pudesse, regimentalmente, participar de mais uma comissão, com certeza seria da Comissão de Defesa do Consumidor. Sou autor de seis leis nessa área, e o que V. Exa. traz aqui é de fundamental importância.

Lembro, deputado Elismar Prado, que a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa tem um histórico de luta na defesa do consumidor e do contribuinte. Espero que essa comissão continue a dar essa contribuição.

V. Exa. falou da questão da energia elétrica. Cansamos de denunciar tanto os abusos da Copasa quanto os da Cemig e da telefonia móvel. Fizemos aqui a CPI da Telefonia Móvel, da qual este deputado foi autor, e eles são campeões, junto com as operadoras de cartão de crédito e de TV a cabo.

O poder público tem o dever, como princípio constante na legislação de defesa do consumidor, de ajudar, auxiliar, mas o que a gente vê na prática é que, mesmo quando fazem a concessão, não fiscalizam. Constatamos que essas agências lá de cima, como a Aneel, Anatel e tantas outras, deputado Elismar Prado, são agências em que os que estão sentados como conselheiros vieram de empresas privadas. Foram colocados exatamente – como dizem – como raposas para tomar conta do galinheiro.

Ocorreu aqui um desrespeito na CPI da Telefonia Móvel exatamente por um representante da agência. O cidadão fez um compromisso com os sete membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia Móvel, e o representante simplesmente não compareceu aqui. É uma agência que, para fiscalizar, avisa que vai fazer isso com dez dias de antecedência. Infelizmente o consumidor continua sofrendo e levando a pior, mesmo quando invertemos o ônus da prova sob a ótica da Lei nº 8078, de 1990. Isso acontece mesmo assim, porque as empresas são poderosas e têm escritórios de advocacia poderosos. E, do outro lado, há a parte hipossuficiente, a parte mais humilde, o cidadão que não tem dinheiro e não consegue pagar advogado.

Parabéns a V. Exa. Mas espero que a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa continue defendendo o consumidor e o contribuinte. Essa é a grande missão dela. Parabéns a V. Exa. por se lembrar desta semana e desta data em defesa do consumidor.

O deputado Bartô (em aparte)* – Obrigado, Elismar. Eu também venho aqui fazer um convite a todos, pois vamos ter um evento, Sr. Presidente, na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Hoje, à noite, haverá um evento lá em Lagoa da Prata e, amanhã de manhã, outro também em Lagoa da Prata.

Fizemos um requerimento hoje – não é, Elismar? – para irmos ao centro da cidade, para termos contato direto com o pessoal que está saindo das agências de banco, pois foi apresentado pelo Marcelo, presidente do Procon, que está havendo uma reclamação crescente. Então vamos lá para ter esse contato com a população, dar orientações de como pensar, ouvir um pouco a população e entender esse problema.

Eu quero pedir atenção ao seguinte: na comissão, Elismar, o Dr. Marcelo chegou a comentar que eram 29%, mas a gente refez as contas e vimos que na verdade 75% das reclamações estão ligados a setores que têm agências regulatórias.

O deputado Elismar Prado* – Pior ainda.

O deputado Bartô (em aparte)* – Sim, exatamente por conta do que o Sargento Rodrigues falou. As empresas grandes acabam se apropriando disso. É o chamado risco de captura, em que acabam se apropriando para se beneficiarem. E esse é o nosso receio como liberais, ou seja, essas regulamentações estão ali na verdade para protegê-los das pequenas empresas. Quando você abre o mercado, deixa-o mais aberto, com menos regulamentações, há menos custo para os pequenos empreendedores entrarem. E os pequenos empreendedores, que são o oxigênio do mercado, são aqueles que vão oferecer mais serviços à população. E a gente nunca sabe quando um pequeno, que começou numa garagem, vira uma Apple, como aconteceu.

Estaremos lá realmente não para defender o consumidor, mas, sim, para orientá-lo de que não precisa de defesa, é o rei do mercado e determina qual empresa ficará aberta e qual ficará fechada. Então, na comissão vamos levar isso o tempo inteiro, para mostrar ao consumidor que, se não gosta da empresa, tem de se mobilizar e derrubá-la, pois não o está atendendo, como consumidor. Muito obrigado.

O deputado Elismar Prado* – Obrigado. Só para terminar, pois o tempo se esvai rapidamente. Na mesma linha da defesa do consumidor, lembro-me de outra discussão que fizemos na comissão, que, inclusive, foi objeto de audiência pública, mas, deputados Bartô e Sargento Rodrigues, temos de retomar o assunto. É a questão da retirada dos cobradores de ônibus nos municípios. A gente sabe que na grande Região Metropolitana de Belo Horizonte e em Uberlândia há essa prática, que não resultou na redução da passagem do transporte coletivo. As empresas concessionárias do transporte reduziram muito os seus custos com a retirada dos cobradores, provocando desemprego, e simplesmente não reduziram a passagem. Pelo contrário, houve aumento. Em Uberlândia, por exemplo, houve aumento.

Sabemos que isso trouxe sérios problemas para os motoristas. O deputado federal Weliton Prado, inclusive, defende um projeto de autoria dele na Câmara Federal que proíbe essa dupla função, ou seja, o motorista tem que se concentrar exclusivamente na condução do veículo para garantir sua saúde e a segurança de todos os usuários do transporte coletivo. É inaceitável que se faça essa prática, é um crime. Sabemos que o motorista tem que, além de conduzir o veículo, fazer a função do cobrador, fazer o troco, auxiliar a pessoa com deficiência, auxiliar a gestante, observar todo o processo.

Muitos motoristas, sabemos, estão doentes, estressados. Já tivemos acidentes graves, o que é muito sério. Além de trazer muitos riscos aos usuários, trouxe desemprego, no caso dos cobradores que perderam o trabalho, e está contrariando o Código de Defesa do Consumidor. As empresas, apesar da economia que tiveram, simplesmente não reduziram o preço das passagens do transporte coletivo. É importante que a comissão retome, com muita força, essa discussão para que façamos a defesa dos consumidores, nesse caso os usuários do transporte coletivo.

É isso aí. A Semana de Defesa do Consumidor continua. Como disse o deputado Bartô, teremos uma série de atividades. Espero que possam acompanhar. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Ana Paula Siqueira* – Boa tarde a todos e a todas, especialmente hoje aos nossos parlamentares e “parlamentaras” e a todas as mineiras e mineiros que nos acompanham. Parabênzo, hoje, nossos colegas deputados pela instalação, ontem, da CPI das Barragens. Assinei, com muita confiança, expectativa e convicção de que esta legislatura trará um resultado, uma resposta à sociedade, deixando claro que não compactuamos com a perda das vidas dessas famílias nem com os danos ao meio ambiente. A implantação dessa CPI demonstra o quanto a Assembleia se mostra comprometida com o direito das pessoas. Cumprimento a todos.

Ontem, enquanto acontecia aqui a implantação da CPI, eu estava em Brasília e acompanhei também a eleição da mesma CPI, aberta ontem no Senado, Bia. Temos como relator um senador mineiro, que é o Carlos Viana. Faço muitos votos de que também a CPI do Senado nos ajude a esclarecer esses ocorridos e que, assim como nós, estejam comprometidos com essa causa. Isso sinaliza que as nossas casas legislativas estão trabalhando em sinergia. É o que se espera do Parlamento em nosso Brasil.

Vamos lutar para garantir os direitos, para que se cumpra a legislação. Não basta votar. Um dos nossos papéis, além de fazer a legislação, é acompanhá-la e fazer com que seja cumprida. Eu sinto que estamos vigilantes. Essa é uma pauta importante. O desastre de Brumadinho comove a todos e nos tira da comodidade, trazendo essa ambiência para a Casa Legislativa. Escutamos o apelo da população, mas não podemos esquecer que ainda há muitas lutas para fazer nesse aspecto.

Ressalto a minha luta incansável, insistente e valorosa, como acredito possa ser, contando com a parceria de cada um de vocês, parlamentares, contra a mineração na Serra da Piedade, que, sabemos, causará um enorme dano ao meio ambiente. De forma concreta, isso traduz que o compromisso do Estado não é tanto assim. Quando acabamos de aprovar, na Assembleia, uma legislação que traz mais rigor na questão das barragens, autoriza-se a ampliação da mineração numa área de preservação tão importante para nós. Faço esse registro.

Hoje é um dia importante. A deputada Andréia fez, aqui, registros. Trouxe um histórico sobre a nossa vereadora Marielle. Hoje, completa um ano que ela foi assassinada, um crime ainda sem esclarecimentos. Precisamos lembrar de vários aspectos. Quando ocorre esse assassinato, não se trata apenas da morte de uma pessoa, de uma vereadora importante, que teve a maior votação em seu estado e que estava em pleno exercício do mandato, mas é a morte dos sonhos de muitas pessoas.

De muitas mulheres, de muitos jovens. É uma morte contra a democracia, e quanto a isso não podemos nos calar.

O jornal *Nexo*, esta semana, perguntou-me se acho que esse é um crime político e se tem algumas peculiaridades. Então eu pontuei três aspectos que eu queria compartilhar com vocês. Primeiro: tem a ver com a questão da representatividade da mulher. Tem sim, especialmente da mulher negra, da mulher trabalhadora, da mulher que vem da periferia.

Segundo aspecto: o crime é contra tudo o que ela representava, tudo o que ela representa, e os milhares de eleitores que ela representava. Então é um crime político, a partir do momento em que ele vai contra as manifestações e as crenças dela, e as defesas que ela fazia, inclusive ocupando um espaço importante na Comissão de Direitos Humanos.

A prisão dos mandantes do crime não encerra o assunto. Nós ainda teremos muita luta. Queremos, sim, que eles sejam descobertos, que eles sejam punidos, rigorosamente punidos, mas não termina aí. Não é suficiente para acreditarmos que, a partir dessa punição, todos os crimes estão resolvidos. Nós faremos um enfrentamento grande na luta contra o ódio e contra a intolerância. E foi isso que levou à morte da nossa vereadora Marielle.

Gente, temos falado, há um ano, incessantemente, incansavelmente, dessa tragédia no Rio de Janeiro. Mas nós estamos falando da vida de uma mulher comum, da vida de uma mulher que representa a maior parte da nossa sociedade. Ela, assim como eu, vem de uma área de periferia, lutou para estudar, formou-se numa área social, teve a oportunidade de passar por um espaço de assessoria na casa legislativa, o que, certamente, fez com que ela tivesse motivação, coragem de romper as linhas imaginárias, coragem de romper o que a sociedade diz que não é espaço para a gente, assim como eu. Antes de assumir esta função pública aqui, como parlamentar, exerci cargo de assessoria na Assembleia, e essa é uma das motivações que me faz estar aqui. Então ela fez os

mesmos trajetos que eu fiz. Passou pela experiência de pré-vestibulares comunitários, que é o que no Brasil, hoje, permite que os nossos jovens ainda sonhem com o ensino superior. Estamos falando de pessoas comuns. E isso só vai se resolver no dia em que cada um de nós, representantes da sociedade, eleitos ou não, tivermos tranquilidade de nos assentarmos em qualquer lugar, sem pensar que, a qualquer momento, alguém pode vir nos agredir.

Então queria registrar, neste dia importante de luto, mas também de luta, essa minha manifestação, e também, em relação ao acontecido ontem, na escola de Suzano, quero manifestar aqui a minha solidariedade às famílias, às mães, aos pais, àqueles que perderam seus filhos. A escola é um espaço do aprendizado, é um espaço do conhecimento, é um espaço que deveria gerar também paz. E eu fiquei ontem me perguntando, porque vi, Beatriz, a notícia quando eu estava em trânsito, e não consegui ler muito bem. Depois eu não tive nem muita coragem de ler. Porque fico imaginando o sofrimento de uma mãe que entrega seu filho na escola, e depois vem a notícia de que ele perdeu a vida. Eu, que sou mãe de duas crianças, fiquei me colocando naquele lugar e pensando o que esperamos da educação, e principalmente o que nós estamos fazendo com as nossas pessoas na sociedade.

Como assistente social, um dos meus estudos é a inserção desse profissional na escola. Porque hoje nós vivemos num ambiente de tamanha intolerância, num ambiente onde os valores estão sendo minimizados, onde a gente substitui o nosso contato pelos telefones, muitas vezes pelos canais de desenho. E isso tudo influencia no adoecimento dessas crianças, e, muitas vezes, os profissionais falam que não dão conta de acompanhar.

Estou acompanhando o perfil dessas crianças, não posso fazer uma afirmativa porque não estou ali para fazer um laudo, mas posso dizer para vocês que tenho um sentimento muito forte de que essas crianças não foram assistidas, e por isso retornam aos seus lugares de aprendizado e cometem um crime tão grave como esse.

A deputada Leninha (em aparte)* – Boa tarde, deputada. Obrigada pelo aparte. Sr. Presidente, caros colegas do Parlamento, venho aqui parabenizar a Andréia e a Ana Paula por suas falas, assim como as outras que virão, porque nós, nesta Casa, não poderíamos deixar passar em branco o dia de hoje. Afinal, foi o Parlamento brasileiro que sofreu ataque no ano passado. Afinal, somos nós, mulheres por esse Brasil afora, que somos atacadas cotidianamente. E, reforçando a palavra da deputada Andréia, não nos deterão, não nos interromperão pela violência, pelo medo, pelas ameaças. E a nossa presença nesta Casa, inclusive na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos, reforça que queremos fazer o debate da cultura da paz, paz na família, na sociedade e nos vários espaços em que estamos.

Hoje pela manhã, tivemos uma audiência sobre feminicídio e porte e posse de arma. Foi uma discussão bastante tranquila, sob a perspectiva de que nós, mulheres, fazemos o debate porque não queremos matar homens, não queremos armas. Nós queremos outras coisas na sociedade, queremos o livro na escola, no lugar da discussão do armamento, queremos a paz na comunidade e na família. Então, é um debate muito importante, porque, a partir do debate das mulheres deste país e de fora dele, poderemos fazer um outro debate na sociedade. Estamos entendendo que estamos virando um ciclo, em que tanto o Parlamento quanto vários espaços da sociedade eram ocupados somente pelos homens. Inclusive, falamos que essa tribuna provavelmente foi construída para ser ocupada pelos homens, porque nós, que somos baixinhas, ficamos meio encolhidas. E falamos que, quando vamos usar a tribuna, nós, que somos mais baixas, ficamos menores ainda, porque provavelmente foi um espaço construído para ser ocupado pelos homens, que, é lógico, em grande parte, têm uma dimensão corpórea maior do que a nossa.

Enfim, quero apenas registrar que, não só aqui, em Belo Horizonte, onde haverá um ato às 16 horas, mas no Brasil inteiro serão realizados atos para não deixar passar em branco principalmente isto: quem foram os mandantes, ou o mandante, e por que calaram Marielle. Se Marielle foi calada por um ato de violência, um crime brutal, nós seremos as vozes que ecoarão por este país, por vários lugares deste país, para dizer que Marielle vive, e vive no sonho, vive na luta, vive no desejo de uma sociedade em que possamos ter, de fato, a equidade dos direitos sociais, da justiça e, acima de tudo, da paz.

Então, o nosso agradecimento por esse aparte, deputada. E eu sei que nós, parlamentares, estamos juntos por essa unidade do debate, para construirmos a política do bem comum e, acima de tudo, a política para as mulheres, as mulheres da periferia, as mulheres negras, injustiçadas, violentadas, que sofrem todo tipo de preconceito na sociedade, seja pelo racismo, seja pela divisão sexual do trabalho, pela valorização. Então, nesta tarde de hoje, é com lamento que vimos fazer esta memória, mas, acima de tudo, com a esperança de que poderemos fazer muito mais para melhorar o clima da cultura da paz que desejamos. Obrigada.

A deputada Ana Paula Siqueira* – Obrigada, deputada Leninha. Quero registrar aqui, como ela bem colocou, que a nossa luta não é contra os homens nem a favor da morte de quem quer que seja. Nossa luta é pela vida, pela vida de qualidade, pela vida de direito para todos.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Obrigado, deputada. Inicialmente, eu gostaria de parabenizá-la pela sua postura como deputada nesta Casa e dizer a V. Exa. que nós, representantes do povo, quando fazemos qualquer ato em defesa da vida, talvez esses atos sejam os mais importantes que praticamos aqui no Parlamento. A morte de qualquer pessoa inocente pela mão de outra pessoa é inaceitável. Inaceitável. Aproveitando o teor do seu discurso e também o acontecimento na escola em Suzano, São Paulo, em um momento em que muitas pessoas estão aproveitando para acender debates sobre diversas questões éticas irracionais sobre posse e porte de arma, desarmamento ou não desarmamento, é importante frisar outros posicionamentos nesta Casa, em que muitos disseram que preferem o livro em vez da arma.

Sobre isso, gostaria de salientar que “Nem cora o livro de ombrear co'o sabre, nem cora o sabre de chamá-lo irmão”. São coisas distintas. Livros e armas são importantes, dependendo do momento. Então, não é o momento para esse debate. O momento é para a gente buscar a autoria, o mandante do assassinato, se é que existe, e também lembrar outros assassinatos de homens e mulheres deste país, mais de 60 mil ao ano, e lembrar a V. Exa. que um ser humano, homem, que ocupa hoje a presidência da República, alguém mandou matá-lo. Então, seria importante também descobrir quem mandou matar o presidente Jair Bolsonaro. Nós também queremos essa resposta, e é legítima. Estou respeitando vocês que estão aqui, respeito a dor de vocês, mas nem por isso vou deixar de vir aqui fazer a cobrança para que se descubra quem é o autor, quem mandou assassinar o presidente Jair Bolsonaro. Como disse e repito, nenhum ser humano inocente merece ter a sua vida tirada por quem quer que seja. Muito obrigado, deputada, e, mais uma vez, parabéns.

A deputada Ana Paula Siqueira* – Só para concluir o meu pronunciamento, quero reforçar com vocês o nosso compromisso com a luta a favor da vida, da dignidade de todas e todos, o nosso compromisso com a verdade. Esta Casa Legislativa não pode se furtrar a esses debates. Este é o espaço de vários debates. Vamos aproveitar sempre todas as oportunidades para fazer com que a nossa sociedade também consiga refletir sobre todos os aspectos de perdas de vida, especialmente daquelas que trazem toda uma representatividade, como o caso Marielle. Obrigada a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Betão* – Boa tarde, Sr. Presidente. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, trabalhadores da Assembleia Legislativa, público que nos acompanha pela TV Assembleia, boa tarde.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, subo a esta tribuna – deixe-me achar a minha colinha aqui, para não perder o raciocínio – para falar, primeiro, sobre um projeto de lei que apresentamos aqui e já se encontra nas comissões. Talvez seja de pouco conhecimento da maioria dos deputados e das deputadas. É um projeto de lei que aprovei enquanto vereador, em Juiz de Fora, deputado Cleitinho, e trata de banheiro adaptado para os ostomizados, Doutor Jean. Para quem não sabe, ostomizados são pessoas que usam bolsa de colostomia, que, há alguns anos, passaram a ser consideradas pessoas com deficiência física. Há uma dificuldade muito grande para as pessoas que se utilizam dessa bolsa fazerem a sua limpeza durante o dia. Então, aprovamos um projeto, em Juiz de Fora, e o trouxemos para cá, para que sejam instalados, em todo o Estado de Minas Gerais, os banheiros adaptados. É um banheiro

simples, instalado dentro do próprio banheiro para deficientes e consta de uma elevação, uma pequena pia e um chuveiro higiênico para poderem fazer essa limpeza.

Onde seriam instalados esses banheiros? Em *shopping centers*, estádios de futebol, grandes áreas comerciais, para que a pessoa usar.

É um projeto simples, mas que atinge cerca de cem mil pessoas só no Estado de Minas Gerais. E, quando o apresentamos, houve grande incompreensão de setores do grande comércio, que pediram que eu o retirasse, pois seria um gasto vultoso. Alegaram que levantar duas paredes de um metro, deputado Marquinho, colocar uma pequena pia, com um chuveiro higiênico seria um gasto vultoso e pediram-me para retirar o projeto. Nós o mantivemos, e o prefeito, à época, o vetou por orientação da Secretaria de Saúde do município. Derrubamos o veto na Câmara, e a lei passou a valer, e hoje está sendo aplicada no Município de Juiz de Fora. Portanto, esse projeto está tramitando na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e deve passar pela Comissão de Saúde.

Fiz questão de trazer essa discussão a público, ao conhecimento de todos os deputados, para que, ao chegar à respectiva comissão, haja entendimento do que se trata.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte)* – Gostaria, deputado Betão. Boa tarde. Obrigada pela oportunidade do aparte. Boa tarde, presidente. Betão, imagine dois meses após a tragédia você não conseguir enterrar um filho, uma esposa, um marido que não sobreviveu ao soterramento provocado pelo rompimento de uma barragem de rejeitos de uma mineradora reincidente no crime. Imagine a vida de mais de 100 famílias que ainda não conseguiram velar, enterrar seus mortos. Imagine a vida dos 18 municípios diretamente atingidos pela lama criminosa, com o rompimento da barragem do Córrego do Feijão. A água foi contaminada, a agricultura familiar foi fortemente afetada, bem como a economia dos municípios. Imagine tudo isso e que ainda seja exigido das pessoas o silêncio, o aguardar sentado, para, no dia que der, lhes entregarem um pedaço do corpo para ser velado.

As pessoas têm direito de protestar por dignidade, têm direito de protestar quando acontecem crimes como esse que estamos vivendo. Não é só o nosso o direito de vir à tribuna e falar em assinar CPIs, em instalar CPIs. O direito é de todos os que foram atingidos pelo crime das mineradoras.

Pedi-lhe um momento de sua fala porque amanhecemos, 400 mulheres em luta, protestando em Sarzedo. São 67 mulheres mortas com o rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Deputado Arantes, são mais de cento e trinta crianças órfãs, sem pai ou sem mãe, resultado do rompimento da barragem do Córrego do Feijão. O que pedimos a essas pessoas? Que fiquem caladas, silenciadas, que acompanhem, pois uma hora a justiça chegará? Talvez a justiça que esperam até hoje as famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015, deputado Professor Cleiton.

Quero fazer um protesto contra o uso desproporcional da repressão do Estado contra as mulheres que protestam, porque a força do Estado está servindo para cuidar do patrimônio da mineradora. As mulheres estavam, legitimamente, na linha férrea que atende aos interesses econômicos da Vale, mas não pode ser assim. Elas têm que chorar escondidas em sua casa, silenciadas. O seu luto tem que ser privado, porque não pode atrapalhar a continuidade de uma mineradora criminosa.

Deputado, apresentei um requerimento à Comissão de Direitos Humanos, da qual o senhor é membro, sobre o uso desproporcional da força. Hoje, mais de dez pessoas passaram por atendimento médico por causa do uso desproporcional da força do Estado numa manifestação pacífica, que duraria poucas horas, cujos movimentos pediram diálogo, que lhes foi negado.

Tenho relatos de que elas receberam bombas, e quem as jogava sorria. Tenho fotos demonstrando isso.

Ora, esse não é o papel do Estado. O papel do Estado é proteger a vida, por isso temos de votar o projeto dos direitos dos atingidos de barragens nesta Casa, e não proteger a mineradora enquanto ela mata as pessoas. E essas pessoas sequer têm o direito de protestar, porque nem os seus mortos conseguem velar e enterrar.

Então, conto com o seu apoio na Comissão de Direitos Humanos para que a gente discuta esse uso desproporcional da força contra famílias e contra mulheres, que não se calam diante do poder predatório e do poder de assassinato da mineradora aqui, no Estado de Minas Gerais.

O deputado Betão* – Agradeço à deputada Beatriz. Tomei conhecimento agora desse fato e estou perplexo com a notícia que a deputada passou. Com certeza, presidenta Leninha, vamos colocar a questão em pauta, inclusive amanhã, na audiência pública, que será uma reunião da comissão. Se possível já aprovaremos esse requerimento que a deputada Beatriz Cerqueira apresentou. Acho que tem de ser o mais rápido possível. Vou me inteirar do assunto para saber o que aconteceu nesta manhã, próximo à região de Brumadinho.

Um outro assunto que me traz aqui é que faz um ano da morte de Marielle. Fomos surpreendidos aqui também... Discutíamos ontem, deputado, lá na Comissão de Educação – acabamos enveredando por essa discussão – sobre a prisão dos assassinos de Marielle, sendo que um deles mora numa casa a alguns metros da residência do presidente, dentro do mesmo condomínio. Aliás, esse homem preso foi sogro do filho de Bolsonaro. Também o outro parceiro, colega do presidente Jair Bolsonaro, foi preso com a posse de 117 fuzis ou submetralhadoras. Se fosse qualquer pessoa poderia até ser enquadrada como um terrorista dentro da legislação atual.

Fico impressionado ao ver como vão rodando as coisas e se aproximando cada vez mais do atual presidente e seus filhos. Inclusive, Bolsonaro homenageou diversos milicianos do Estado do Rio de Janeiro, empregou parentes de milicianos, e agora chegou-se à porta da casa dele. É impressionante como o Sistema Brasileiro de Inteligência, que acompanha o presidente, não consegue identificar que existia uma pessoa extremamente perigosa, já acusada de vários crimes, vizinho à residência do presidente, no Rio de Janeiro.

Aliás, a segurança desse presidente é muito falha. Lá em Juiz de Fora, mesmo ele cercado de seguranças, recebeu aquela facada. Na ocasião, os seguranças conversavam com o Adélio – as imagens mostram isso – e, ainda assim, o presidente conseguiu receber uma facada. As pessoas pegaram o Adélio rapidamente sem sequer estar olhando para o presidente, que tomou a facada, e ainda o seguraram para não tomar a pancada ali. Prenderam ele. Essas imagens são impressionantes, são reveladoras.

A Marielle foi assassinada brutalmente, e temos de descobrir quem é o mandante. Estão se aproximando dele, mas ainda não afirmaram quem é. Da mesma forma, temos de descobrir quem é realmente o mandante do Adélio. Também estamos nos aproximando dessa discussão. Então, não basta a prisão dos dois.

Nós temos que ir além, para que essa situação no Brasil seja efetivamente esclarecida, porque, na sociedade em que estamos vivendo neste último período, na qual se incentiva a cultura da arma, incentivam-se as pessoas a achar que quanto mais armadas mais seguras vão estar e que arma é uma questão simples, ou seja, que você pode ir a uma loja qualquer e comprá-la, como acontece nos Estados Unidos, onde esse tipo de massacre que aconteceu em Suzano acontece a todo momento... É lógico que existe uma relação! Se você incentiva essa cultura do armamentismo, acaba provocando situações como a que vivemos ontem no Brasil. Há toda uma relação. É um fio condutor. Pessoas importantes no País expondo e fazendo arminha com a mão, há relação. Aquilo não aconteceu à toa ontem. Há toda uma relação psicopedagoga e psicológica à qual precisamos estar atentos.

Fiquei chocado e perplexo com as imagens. Ontem estávamos em uma reunião da Comissão de Educação, não é Beatriz? Aquele episódio aconteceu durante a reunião, Professor Cleiton. Depois, à noite, quando cheguei em casa, assisti às cenas, que, aliás, estão nas redes. Realmente é chocante. Além de um atirar, vem um segundo que ainda entra a ataca com um machado as pessoas, aquelas pessoas que levaram tiro. Acho que fica um aprendizado para a gente. Não podemos deixar esquecerem isso, assim como o pessoal não está deixando esquecido este um ano da morte de Marielle. Nós temos de levar essa discussão até o fim, doa a quem doer. Obrigado, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Pois não, deputado. Peço-lhe que seja breve para eu não sair do tema.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Breve serei. Só quero ressaltar aos parlamentares presentes e aos nossos convidados que essa pessoa que foi presa e era vizinha do presidente Bolsonaro deixou de ser vizinha do presidente Bolsonaro; agora ela é vizinha do presidente Lula numa cela.

A tentativa de associar o crime cometido contra a vereadora ao presidente Bolsonaro é uma tática da esquerda que parece que está sendo desencadeada de cima para baixo – e todo mundo está falando isso. Gente, contra fatos não há argumento. O presidente é honesto, patriota, tem Deus no coração, defende a posse e o porte de armas, é a favor da redução da maioria penal e fez, em todos os tempos, o maior favor que alguém poderia fazer a uma nação: eliminou a esquerda corrupta do governo federal. Então, isso é um processo que estamos iniciando agora, porque já está provado – e eu combato ideias – que a esquerda não tem moral para comandar o País, o que ficou provado nos últimos anos.

Então, queiram ou não queiram, o Brasil muda de rumo. Só isso. Muito obrigado, deputado Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire* – Pois não. Acho até que faz parte a gente ser sempre gentil e ceder aparte. Mas isso, às vezes, deixa a gente aqui em cima meio assim: “Puxa, o meu tempo ali.” Mas tudo bem.

Sr. Presidente, muito obrigado. Mais uma vez, agradeço-lhe e o parabênico pela condução desta Casa. Boa tarde, deputadas e deputados presentes, público que nos acompanha, telespectadores da TV Assembleia e todos os servidores desta Casa. Permitam-me, neste mês, que eu cumprimente, de maneira mais especial, as mulheres. A gente costuma fazer do mês de março um mês de luta. Mas que não só o dia 8, mas todo o mês de março e todos os dias do ano sejam dias de luta.

Como homem público, acho que não podemos deixar de tecer comentários sobre alguns fatos. O primeiro que vou abordar, é o ocorrido ontem, naquela escola lá em Suzano. Primeiramente, quero prestar minha solidariedade, dizer dos meus sentimentos, dar meus pêsames à família. Como a companheira disse aqui, imagine conduzirmos um filho à escola e ter uma notícia dessas. Quem é professor aqui? Prof. Cleiton, Prof. Betão, há mais professores aqui. A maldade e ódio vêm tomando conta do nosso país. Fico imaginando, professores, que, no mínimo, o que uma pessoa poderia fazer é prestar solidariedade, se não tem sentimento; mas prefere criar argumentos, criar justificativas. Ontem ouvimos um homem público dizer que, se os professores, se os funcionários da escola estivessem armados, não ocorreria aquele crime brutal, aquela tragédia que chocou todo o País, que chocou o mundo. E como o Betão lembrou muito bem aqui, nos Estados Unidos, em muitos territórios, é permitido o porte de arma, é liberado o porte de arma. E qual o exemplo que temos de lá? Jovens entrando em escolas, entrando em cinemas e matando inocentes, matando outras pessoas. Então não venham com essa balela, com esse dizer que, se houvesse porte de arma, não teria acontecido.

Estava ali agora conversando com o Professor Cleiton, que dizia: “Imaginem um professor, que agora vai ter de ficar com o celular em uma mão para gravar se os jovens estão cantando o Hino Nacional e, na outra mão, uma arma. Em que hora ele vai dar aula?” Imaginem a servente escolar, a merendeira. Costumo tratar a servente escolar como merendeira, Bia, porque minha mãe é aposentada e, com todo respeito e carinho, falávamos merendeira. Imaginem: ela fazendo as deliciosas comidas com uma mão e, com a outra, segurando uma arma. Imaginem só! E quando ela tiver de pegar a faca para cortar cebola, segurando a arma na outra mão? Ela estará armada duplamente. Pelo amor de Deus, se não temos o sentimento de solidariedade, de levar um abraço, um aperto de mão, de chorar junto com aquelas mães e pais e colegas de escola, que estão chorando, não vamos inventar histórias, não vamos dizer que temos de armar as pessoas.

Com respeito a todas as crenças, quando entro nesta Casa, quando entro na minha casa, desde quando trabalhava no hospital – hoje o meu trabalho é aqui –, faço o sinal da cruz, porque sou católico, com respeito a todas as outras crenças. Faço isso porque aprendi na minha infância. Quando vou dormir, quando acordo, peço bênção a meu pai, a minha mãe. Faço isso porque aprendi. Se eles tivessem me ensinado, quando eu era criança, a fazer o sinal com a arma, talvez a minha atitude fosse diferente hoje, talvez a minha atitude fosse diferente hoje. Então qualquer ser humano, seja ele presidente, professor, servente, trabalhador da

construção civil, pedreiro, trabalhador rural, que ensina seu filho a fazer o sinal da arma, quer mal a seu filho. Ele é a favor da violência, sim, senhor.

Então queria deixar o meu sentimento de solidariedade. Há aqui deputados cristãos, deputados não católicos, mas cristãos – vejo que acaba de chegar o deputado João Leite, com quem dialogo muito –, e sei que eles não são a favor disso. Sei que eles não são a favor de armarmos nossos filhos, nossas crianças, nossos professores.

Então não se trata aqui de uma questão de quem é de esquerda defender quem não tem arma e quem é de direita defender quem tem. Acho que se trata de quem é homem e mulher de bem defender o pensamento de que não se tenha arma. Penso assim e respeito todos os outros.

Queria tratar de outro assunto, mas só tenho 5 minutos.

O deputado João Leite (em aparte)* – Serei muito rápido.

Sou filho de policial. Convivi com uma arma a vida inteira. Meu pai era armado. Saía às 5 horas para trabalhar num tempo em que Belo Horizonte não tinha iluminação pública. Ficávamos esperando o meu pai voltar e com medo de que não voltasse. Mas convivemos com essa situação. Nunca peguei na arma do meu pai. Sabíamos que ela era importante para o trabalho dele.

Depois fui servir ao Exército Brasileiro. Fui atirador de morteiro. Manuseava bem fuzil. Desmontava e montava revólver. Depois que saí do Exército Brasileiro, nunca mais peguei numa arma. A questão da arma não pode ser tratada dessa maneira. O grande problema que vejo hoje no Brasil são as nossas fronteiras abandonadas: as armas entrando e indo para as mãos daquela pessoa que nunca vai registrar uma arma, pois é criminoso.

O deputado Doutor Jean Freire* – Obrigado, deputado. Pelo pouco que o conheço, tenho certeza absoluta de que o seu pai nunca pegou a arma, colocou-a na sua mão e fez gestos para você atirar.

Queria aqui prestar homenagem à companheira Marielle. O meu intuito era vir aqui falar isso. Hoje faz um ano da sua morte. Queria prestar uma homenagem a essa mulher neste mês, que foi assassinada no mês das mulheres, da luta das mulheres. Devemos, sim, perguntar: a quem incomodava a luta de Marielle? A quem incomodava? A quem incomodava a luta permanente de outro companheiro, Jean Wyllys? A quem incomodava? A quem incomodava a luta de outra companheira, que agora está nos Estados Unidos, Márcia Tiburi, que também disse que não pretende voltar, porque está ameaçada? A quem incomoda? Ninguém, ninguém deve deixar de morar no seu país, seja ele de direita ou de esquerda, ninguém, em país nenhum! Qualquer país de onde alguém tenha de sair porque a sua luta incomoda as pessoas está errado, sejam elas de qualquer ideologia político-partidária. A quem incomodava Marielle?

Quantas coincidências nesse crime. Será que, quando vemos um crime – não sou detetive –, não vamos juntando as coisas, vendo e tirando as conclusões? Olha, sim, queremos saber quem matou ou tentou matar qualquer pessoa, mesmo eu não concordando com a ideologia dela. Queremos saber, sim, é verdade, antes que outros venham me fazer perguntas, e já fizeram. Sou a favor de que a investigação de qualquer crime chegue ao final – saber se houve ou não mandante.

Há uma outra coisa que nos intriga, Sr. Presidente. Por que o delegado que estava investigando, que mandou prender, parece-me, os criminosos, até que se prove o contrário, foi afastado do caso? Aliás, até que se prove o contrário, qualquer pessoa é inocente. Vamos lembrar isso. Qualquer um é inocente. É o que neste país não é seguido. Mas parece que foram avisados antes. No outro dia, o delegado parece que estava cansado. Foi essa a fala que estou vendo nos jornais. Também não sei se é verídica ou não. O governador do Rio acha que o delegado está cansado e merece sair para fazer um intercâmbio. Tínhamos de manter o intercâmbio é dos nossos jovens, para estudarem fora. Cansado está o povo brasileiro! Cansados estão os familiares da Marielle!

Sr. Presidente, peço uma tolerância só para eu ler esta folha. É só isso. Se bem que ainda tenho 1 minuto e dá para ler. É um texto em homenagem à Marielle.

No ano passado, quando Marielle e o companheiro Anderson, também lembrado aqui, foram brutalmente assassinados, a minha filha tinha 14 anos.

Quero ler o poema que ela fez para a Marielle. Andréia, se você puder fazer esse poema, que foi publicado no livro de uma adolescente de 14 anos, chegar às mãos da família da Marielle, eu lhe agradeço. (– Lê:) “Marielle. Eu quero ser como Marielle/ Mas não quero ter o mesmo fim que ela/ Eu quero ser como Marielle/ Mas não quero sofrer preconceito por minha cor/ Eu quero ser como Marielle/ Mas não quero sair de casa com medo de não voltar/ Eu quero ser como Marielle/ Mas não quero ser parada no meio da rua como suspeita de um crime por minha cor ou estado social/ Eu quero enxergar o mundo como ela enxergou/ Eu quero lutar por todas as causas que ela lutou/ Eu quero lutar pelo povo da favela, mesmo não sendo da favela/ Eu quero lutar pelos negros, mesmo não sendo negra/ Eu quero lutar pelos gays, mesmo não sendo gay/ Eu quero lutar por eles/ Pois lutar por mim, branca, hétero e participante da classe média brasileira não faz sentido. Beatriz Freire”. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/3/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 22/3/2019, que exonerou João Baptista Santiago Neto, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betão;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 22/3/2019, que nomeou João Baptista Santiago Neto, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

exonerando Kátia Marluce dos Santos Silva, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

exonerando Sergio Menezes de Jesus, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado André Quintão;

nomeando Alzira Sales de Faria, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Averaldo Moreira Martins, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Eliana Marcia Duarte de Oliveira, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Lucelia Aparecida Vieira Rodrigues, padrão VL-38, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém;

nomeando Luiz Filipe Martins do Campos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Maria José de Campos Freitas, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Sergio Menezes de Jesus, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

EDITAL Nº 3/2018 – PROJETO SEGUNDA MUSICAL

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado final do processo seletivo do Projeto Segunda Musical, conforme previsto no item 7.18 do Edital nº 3, de 8 de outubro de 2018.

Relação de candidatos aprovados, em ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO GERAL				
SELECIONADOS				
	NOME	CATEGORIA	PROTOCOLO	INSTRUMENTO/CONJUNTO
1º	Daniel Lemos Cerqueira	E	76656	Piano
2º	Jordan Alexander Gomes Rodrigues Pereira	E	76495	Piano
3º	Rafael Gaspar Anastácio	E	76598	Violoncelo e Piano
	César Augusto	E		
4º	Celina Garcia Delmonaco Tarrago Grovermann	E	76500	Canto e Piano
	Islei Mariano Correa Hammer	E		
5º	Elias Magalhães Moreira	E	76401	Duo de Canto e Piano
	Lucas Damasceno	E		
	Mauro Chantal	P		
6º	Alef Caetano Silva	E	76670	Flauta e Harpa
	Gabriel Telles de Mello e Silva	E		
7º	Carlos Henrique Fernandes	E	76450	Vibrafone
8º	Alef Caetano Silva	E	76906	Flauta e Piano
	Ighor de Bastos Ank	E		
9º	Danilo Cunha Dias	E	76644	Piano
10º	Henriane Camile de Souza	E	76424	Harpa
11º	Bruno Afonso Silva	E	76937	Coro de Câmara Libre Cantare
	Danielle Cristina Antunes Lorena	E		
	Débora Marciano e Silva	E		
	Karla Daniela Rodrigues	E		
	Kelly Santos	E		
	Leandro Henrique Dantas	P		
	Leonardo Ferreira	E		
	Miriã Isabela dos Santos	E		
Pablo Sales de Moraes	E			
12º	Octávio Ferreira Deluchi Cerqueira da Silva	E	76501	Violão
13º	Camila Amaral Corrêa	E	76579	Canto e Violão
	Leonard Pessoa Coppus	P		
14º	Lucas Matos Pinto	E	76562	Violão
15º	Ana Luzia Carlos Pimenta de Moraes	E	76915	Harpa
16º	Anna Paula Cruz Duarte	E	76403	Duo de Flautas Doces
	Felipe Eugênio Dias Soares	E		
17º	Felipe Malaquias Alves	P	76599	Canto e Piano
	Filipe Silva dos Santos	E		
18º	Davi de Oliveira Emerick	E	76585	Piano
19º	Mariana Correa de Oliveira	E	76478	Duo de Canto e Piano
	Emanuelle Lima Cardoso	E		

	Bruno Medeiros	P		
20º	Albert Andrew de Jesus	E	76558	Flauta, Violino, Viola e Violoncelo
	Andre Castillo Dourado Freire	E		
	Mariana Alves Furtado	E		
	Marcos Paulo Gonçalves de Amorim	E		
EXCEDENTES				
21º	Ighor de Bastos Ank	E	76894	Piano
22º	Paloma Felício Monteiro	E	76452	Piano
23º	Helen Isolani Marques	E	76757	Canto e Piano
	Sérgio Aversa	P		
24º	Leandro Lino da Cunha	E	76649	Viola e Piano
	Thelma Cristina Nascimento de Sousa Lander	P		
25º	Gisele de Carvalho Fernandes	E	76929	Canto e Piano
	Paulo Augusto Borges	P		
26º	Emília Pinheiro Carneiro Barros	E	76855	Clarinete e Piano
	Thelma Cristina Nascimento de Sousa Lander	P		
27º	Dinobergue Viana de Sousa	E	76565	Duo de Violões
	Roger Deboben Schena	E		
28º	Luiz Felipe Oliveira Rosa	E	76594	Piano
29º	Bernardo Jorge Pereira	E	76566	Piano e Violão
	Marlon Lucas do Nascimento	E		
30º	César Augusto	E	76581	Piano e Viola
	Josafá Ferreira Vitor	E		
31º	Caroline Braga de Souza	E	76623	Piano
32º	Mateus Fonseca Junqueira	E	76637	Piano
33º	Mariana Correa de Oliveira	P	76477	Canto e Violino
	Paulo Henrique de Araujo Antunes	E		
34º	Sebastián Miguel Barroso	E	76632	Violão
35º	Gabriel Telles de Mello e Silva	E	76522	Canto e Arquiálaúde
	Marília Nunes Silva	P		
36º	Caroline dos Santos Peres	E	76747	Canto e Piano
	Juliana Gonçalves Marin	E		
37º	Julia Tempesta Batista	E	76364	Flauta e Violão
	Lucas Alves Mendes	E		
38º	Hiago Aparecido Fernandes	E	76575	Violão
39º	Davi de Oliveira Emerick	E	76791	Piano, Violoncelo e Violino
	Elis Sousa Rios	E		
	Samira Vilaça Araújo	E		
40º	Andre Castillo Dourado Freire	E	76472	Violoncelo e Viola
	Josafá Ferreira Vitor	E		
41º	Luiza Luana Rozza de Deus Vieira	E	76563	Piano a 4 mãos
	Sofia Lustosa Moreira	E		
42º	Jerônimo Bastos Zaluar	E	76737	Duo de Violões
	Tobias Bastos Zaluar	E		
43º	Luiza Alves Moreira	E	76502	Piano
44º	Dinobergue Viana de Sousa	E	76564	Violão
45º	Huayma Yepun Tulián Labiano	E	76739	Duo de Violões
	Sebastián Miguel Barroso	E		

46º	Luiza Luana Rozza de Deus Vieira	E	76559	Piano
47º	Felipe Malaquias Alves	P	76531	Piano e Canto
	Paula Beatriz Galo	E		
48º	Amanda Moreira de Souza	E	76914	Canto, Oboé e Piano
	Caroline Braga de Souza	E		
	Laila Farinha Rodrigues	E		
49º	Isabelle Magalhaes Alves	E	76507	Flauta e Piano
	Gabriel Vitor Silva	E		
50º	Huayma Yepun Tulián Labiano	E	76749	Violão
51º	Pedro Henrique Gilberto Alves Souza	E	76447	Violão
52º	Marcos Paulo Gonçalves de Amorim	E	76546	Viola e Piano
	Fernando Brito	P		
53º	Tobias Bastos Zaluar	E	76622	Violão

Conforme disposto no item 7.9 do Edital nº 3/2018, a nota final da proposta é composta pela média das notas dos pareceristas que a avaliam, conforme previsto no § 2º do art. 9º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 2017, sendo consideradas aprovadas as propostas que obtenham aproveitamento mínimo de 70%.

Serão realizados 20 concertos que podem contar com a participação de mais de um selecionado.

Os 20 primeiros colocados na classificação geral deverão apresentar à Coordenação do Espaço Político Cultural Gustavo Capanema – EPC – os documentos constantes do item 8.2, g, do referido edital, em até 15 dias corridos após a publicação deste resultado.

Os candidatos excedentes (21º ao 53º lugares) serão chamados para compor a agenda de apresentações do Projeto Segunda Musical/2019, caso sejam disponibilizadas novas vagas por parte da Assembleia ou mediante desistência de candidatos.

A Coordenação do EPC se responsabilizará pela montagem da agenda de apresentações e pela convocação dos candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação, incluindo-se os excedentes, se for o caso.

Belo Horizonte, 22 de março de 2019.



ERRATAS

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 42/2015

Comissão de Administração Pública

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/7/2017, na pág. 20, na conclusão, onde se lê:

“na forma do vencido em 1º turno”, leia-se:

“na forma original”.

E suprima-se, nas págs. 20 e 21, a redação do vencido, apresentada após as assinaturas.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/3/2019, na pág. 24, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 362/2019, no despacho, onde se lê:

“Comissão de Administração Pública”, leia-se:

“Comissão de Defesa do Consumidor”.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/3/2019, na pág. 24, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 363/2019, no despacho, onde se lê:

“Comissão de Administração Pública”, leia-se:

“Comissão de Defesa do Consumidor”.